



**ATA DA REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO AOS AGENTES
COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE A ENDEMIAS, REALIZADA NA
TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos cinco dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e cinco, às treze horas e cinquenta e seis minutos, no Plenarinho Deputado Nelito Câmara, por proposição do deputado Renato Câmara, primeiro-vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, e sob a mediação do senhor Sebastião Messias de Souza, assessor parlamentar, foi aberta a presente reunião da Frente Parlamentar em Apoio aos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate a Endemias no Estado de Mato Grosso do Sul.

SENHOR SEBASTIÃO MESSIAS DE SOUZA (assessor parlamentar) — Boa tarde a todos! Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa, Casa da Cidadania. Vocês vieram de tão longe para discutirmos uma proposta em prol dos agentes comunitários de saúde e endemias. Por motivo de força maior, o deputado Renato Câmara não pôde estar presente, mas, nem por isso, deixaremos de fazer a reunião, que considero de suma importância. Às vezes, é até melhor — não é Marco? — fazer uma discussão de pautas propositivas para, depois, formular as reuniões mensais, bimestrais ou via on-line. Não adianta nada fazermos reuniões com pautas vazias. Tem que ser pautas que vão ajudar vocês no dia a dia. Gostaria de agradecer ao pessoal de Guia Lopes da Laguna, de Coxim, de Jardim, de Maracaju, de Itaporã, de Campo Grande, de Três Lagoas — a Aparecida, que está na mesa, e a Kátia, que está no plenário, são de lá —, e de Dourados temos o Marco, o Jhonatan, o Anderson e a Sandra. Obrigado pela presença também. O pessoal de Paranaíba, Naviraí, Ponta Porã e Fátima do Sul... São esses os municípios. Ficou bem representado, Marco, bem regionalizado. A presença de vocês é muito importante para fazermos uma retomada da frente parlamentar. Estava conversando com algumas pessoas das regiões e há muitas pautas que têm que ser discutidas. Sempre digo, sempre discutimos com a equipe e com o deputado, que se vocês não trouxerem os problemas, não temos como ter reunião. Às vezes, falamos que a reunião foi polêmica, foi isso, foi aquilo, mas, se vocês não trazem as demandas, como que nós vamos saber das dores de vocês? Por isso que existe a frente. Quero agradecer ao Marco, que está como presidente do sindicato do município de Três Lagoas, à Márcia, do gabinete, que está chegando para ajudar e tenho certeza de que ela vai contribuir muito com a frente parlamentar. O deputado falou assim: "Oh, já chama a Márcia, porque vai ser uma das funções dela dar uma força na Frente Parlamentar em Apoio aos Agentes de Saúde e Combate a Endemias. Agradeço ao Jhonatan, que é de Dourados. Sei que vocês vieram de longe e têm que voltar para casa; a nossa dinâmica vai ser assim: vou passar a fala, rapidinho, e, depois, a Márcia vai fazer

uma apresentação, porque, às vezes, a pessoa não entende qual é o papel da frente parlamentar. Às vezes, no grupo, pode ficar alguma dúvida e a Márcia vai fazer uma apresentação, bem rápida, só para vocês terem uma noção. Recebemos um ofício do sindicato, com três pautas, e queremos abrir para vocês. Está presente o Adriano, que é da Taquigrafia, porque será elaborada uma ata e tudo que vocês falarem será registrado, para fazermos proposições, ou projetos, ou para fazermos um grupo técnico. Pode acontecer de discutirmos um assunto, mas, sem esgotá-lo, porque faltam outros profissionais, faltam outras pessoas, faltam outras reuniões. Então, poderemos nos reunir novamente, até mesmo on-line, para darmos uma continuidade... Todo mundo sabe que tínhamos uma secretária executiva muito competente; infelizmente, ela não trabalha mais conosco, mas, está bem, graças a Deus. Teve que voltar para o Rio Grande do Sul e vamos fazer uma força grande para seguirmos com vocês. Sei que vocês também precisam do Poder Legislativo e este espaço é um espaço de discussão. Falamos que a Assembleia é a casa de todos, é a Casa da Cidadania. Por isso que os convidamos para fazermos essa primeira reunião, para fazermos pautas propositivas, que vamos discutir posteriormente. Passo a palavra, rapidinho, para a Márcia, para dar as boas-vindas.

SENHORA MÁRCIA TEREZINHA RATTI (assessora parlamentar) — Boa tarde e sejam todos bem-vindos. É um enorme prazer estar com o deputado Renato Câmara para uma tarefa como esta, para falar dos trabalhadores que garantem a saúde neste país. Acho que isso não tem preço, sei que a pauta é longa e que tem muitas demandas. Sintam-se em casa para dizerem aquilo que realmente precisa ser dito; é importante que tenhamos essa tranquilidade da escuta das demandas, porque se nós não escutarmos, se nós não soubermos filtrar as necessidades, nós também não vamos ter material suficiente para discutir as prioridades, para discutir aquilo que a frente parlamentar pode apoiar junto aos municípios e junto ao Governo do Estado. Era isso.

SENHOR SEBASTIÃO MESSIAS DE SOUZA (assessor parlamentar) — Obrigado, Márcia. Passo a palavra para o Jonathan Willian da Silva, membro do Sindicato Regional dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate às Endemias (Sindracse) de Dourados.

SENHOR JHONATAN WILLIAN DA SILVA (membro do Sindracse/Dourados) — Boa tarde e quero dizer que é muito saudável essa abertura novamente. Quando iniciamos o projeto de ter a frente parlamentar, ela tinha um objetivo, que é realmente a luta pelos direitos do Agente Comunitário de Saúde (ACS) e do Agente de Combate às Endemias (ACE). No município, muitas vezes, a gente enfrenta dificuldade com o gestor, com o secretário e até mesmo com a câmara municipal. Essa frente parlamentar foi criada com o objetivo único, central, em defesa e apoio da categoria; era para sair daqui, da Assembleia,

da capital e ir até o interior, ir até a cidade que tem cinco, seis agentes de saúde, que, muitas vezes, estão em situação precária, não recebem ainda o piso, não recebem a insalubridade e o Incentivo Financeiro Adicional (IFA) no final do ano. Temos diversas pautas para serem discutidas, precisamos reerguer, reformular, rever a nossas estratégias; hoje, o campo está minado, porque, há uma nova gestão, há uma nova configuração de câmaras municipais e nós também lutamos nacionalmente... Vamos deixar as questões nacionais em Brasília, mas, aquilo que interessa ao nosso estado e as nossas cidades... Fico muito feliz de termos mais de dez municípios presentes, mas, somos setenta e nove municípios e temos representantes em todos os municípios, temos um suplente e um titular... É importante cada um estar aqui, eu... O Marco vai falar daqui a pouco, eu estava um pouco desanimado, porque a gente lutou pelo processo, não foi fácil criar esta comissão... No momento em que foi criada esta frente parlamentar, havia outras duas frentes, lembram? Não sou — isso vai ficar nos autos — muito de falar dos outros profissionais, mas nós tínhamos médicos, tínhamos o pessoal da segurança, tínhamos o pessoal da enfermagem que ainda não nos enxergam como pessoas profissionais de saúde de excelência! Eles nos enxergam como uma segunda classe! Para criar esta frente parlamentar, tínhamos que quebrar barreiras e, hoje, ainda temos barreiras para serem quebradas, como a falta de comunicação, a falta de estratégia e a falta de unidade. Conto com cada um de vocês. Representem os colegas ACS e ACE [que não estão presentes], como o pessoal de Coxim, o pessoal de Naviraí, o pessoal de Três Lagoas, o pessoal de Jardim, que não estão aqui, mas, são pessoas que sempre estão à frente... Jardim está aqui? Perdão. Bonito, pessoal que está sempre nos grupos de WhatsApp, mas, por favor, hoje, é o momento de quebrarmos o que precisa ser quebrado, reconstruir o que precisa ser reconstruído e entender que não podemos deixar isso aqui morrer. Sou muito simples em dizer, estava desacreditado, porque não via essa movimentação. Estamos indo para uma segunda reeleição e não víamos essa movimentação. Não tivemos reeleição, só uma reunião. Então, quero agradecer ao Marco Aurélio por estar sempre conosco, com todas as dificuldades, sempre pontuando as coisas. Agradeço a presença de cada um de vocês, agradeço à equipe do deputado Renato Câmara e fico muito triste com a ausência dele aqui, mas, depois conversamos. Vejo que precisamos evoluir, precisamos crescer unidos. Temos um ano, 2026, que será muito difícil — não estou falando de eleição, não — na questão do financiamento, que é contra os seus direitos. Quem [pretende ser] mãe aqui, não vai poder ter criança no ano que vem, porque nem a licença-maternidade... O novo financiamento não garante o seu direito de estar na sua casa e receber seu salário. Dois meses de afastamento já terá o seu o seu recurso cortado, segundo Ministério da Saúde. Então, conto com cada um de vocês. Desculpa pela minha fala, hoje eu preciso ficar calado, porque eu quero ouvir vocês, vocês precisam sair do WhatsApp, daquela mensagem, daquela visualização e falar! Tem que deixar registrado o

que essa frente parlamentar precisa fazer no seu município, as pessoas da equipe estão aqui para escutar e eles vão escutar e eles precisam escutar, porque, hoje, estamos cansados só de falar no grupo de WhatsApp e, às vezes, não vemos o processo caminhar, não vemos os direitos sendo assegurados. Há muitos colegas que ainda não recebem a insalubridade em Mato Grosso do Sul! Um estado como o nosso, com uma relevância que temos de deputados, pois são quinze na frente parlamentar, vamos colocar esses deputados para trabalhar! Não é só o deputado Renato Câmara, não. Vamos colocar todo mundo para participar das reuniões, para receber ofício... Recebeu no seu município: "Oh, deputada Lia Nogueira, está aqui o meu ofício, quero que a senhora, lá na frente parlamentar, fale com o deputado Renato Câmara". Vamos colocar os deputados desta Casa para trabalharem para nós! Muito obrigado e ótima tarde a todos.

SENHOR SEBASTIÃO MESSIAS DE SOUZA (assessor parlamentar) — Muito bem, Jonathan. Vamos passar a palavra para a Aparecida, presidente da Associação Três-Lagoense de Agentes Comunitários de Saúde (Atacs). Fique à vontade.

SENHORA APARECIDA DA SILVA (presidente da Atacs/Três Lagoas) — Boa tarde a todos. Estou presidente da Associação Três-Lagoense de Agentes Comunitários e agradeço por estar aqui. Faço parte desta frente parlamentar desde que foi fundada e também me sentia triste com a situação, porque temos o grupo do WhatsApp da frente parlamentar e nem ele estava funcionando, que dirá a frente parlamentar! Precisamos ter força e ir atrás dos nossos direitos, enquanto ACS e ACE. Não tenho muito o que falar, não, mas, estou aqui para lutar junto com vocês.

SENHOR SEBASTIÃO MESSIAS DE SOUZA (assessor parlamentar) — Obrigado. Passo a palavra para o Marco, presidente do Sindicato Regional dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias (Sindracse), para encerrarmos esta mesa e iniciarmos a apresentação da Márcia.

SENHOR MARCO AURÉLIO AMORIM BONETT (presidente do Sindracse/Dourados) — Boa tarde a todos. É uma satisfação poder contar com a presença de cada um de vocês. Quero externar meu agradecimento, Messias, pela sua sensibilidade junto ao mandato do deputado Renato Câmara. Quero desejar sucesso à Márcia, nessa nova empreitada, porque o seu sucesso vai nos ajudar também. Com relação a minha visão sobre a frente, entendo que muitos de nós têm dificuldade de compreensão, de entender qual o papel da frente. Mesmo sendo suplente do suplente, eu me senti na obrigação de tentar fazer essa provocação para que, de uma vez por todas, as pessoas possam entender como a frente parlamentar pode nos ajudar de uma maneira efetiva. Recebemos ligações de diversos pontos do estado; hoje, pela manhã, recebi uma ligação de Eldorado. Quando

ouvimos as pessoas, ficamos amuados e nos sensibilizamos pelo fato de não ter a condição necessária de fazer a defesa para esses profissionais que estão em cidades tão longe como, por exemplo, Eldorado ou outros municípios de Mato Grosso do Sul. Então, Messias, nesta oportunidade, por meio do deputado Renato, gostaria que vocês pudessem nos escutar, realmente, e que pudéssemos sair daqui com as nossas dúvidas sanadas de uma vez por todas. Que a frente parlamentar possa ter uma sequência de agendas e que elas possam ser dentro de uma rotina, de um organograma, e que também possamos sair de Campo Grande. Temos que levar aos quatro pontos do estado reuniões como esta, para ouvirmos os que estão longe e não conseguem se deslocar até Campo Grande. Em muitos casos, esses trabalhadores não têm sindicato ou associação e não conseguem estar aqui para externar as suas opiniões. O meu objetivo primordial é que as nossas duas categorias tenham a voz que acreditamos que a frente parlamentar tem a capacidade de nos oferecer. Quero citar um exemplo da minha cidade, que foge da legislação. Estamos com agentes comunitários de saúde precarizados, a despeito de qualquer legislação, e temos informado isso ao longo desses últimos dois anos. E não me refiro apenas ao mandato do atual prefeito, mas, sim, do anterior, e que vai contra os princípios primordiais do agente comunitário de saúde, que é o vínculo com a comunidade. Temos trabalhadores com contratos de dois anos que, daqui a um ano, estarão fora, fazendo com que o município fique desfalcado nessa área e tenha que fazer o chamamento de novas pessoas. Até essas pessoas poderem entrar e entenderem como funciona o trabalho, para poderem dar o resultado que acreditamos que devam dar... Outro ponto que quero deixar muito claro, é que em todas as reuniões das quais participamos, sempre é colocado muito o lado negativo das duas categorias. Queria que a frente parlamentar pudesse ser um caminho para termos o contraponto em relação a isso. O que o agente comunitário de saúde traz de benefício para a sociedade? O que o agente de combate às endemias traz de retorno para a sociedade? Que possamos ter esses números para contra-argumentarmos com esses gestores, que muitas vezes levam de uma forma não adequada o tratamento com as categorias. Como o Jhonatan disse muito bem, nós desanimamos em determinado momento, mas, acredito que não devemos perder este espaço de interlocução. Costumo sempre me citar como exemplo — não é o melhor exemplo a ser citado — mas, muitas vezes, temos aquela questão do "embate pelo embate" e não avançamos. Por isso temos que ter um caminho de diálogo, uma porta aberta. Como o Jhonatan frisou, são quinze deputados aos quais temos que fazer a cobrança e levar os pontos que acreditamos como fundamentais para continuarmos a evolução do nosso trabalho e das categorias. E isso só vai funcionar se começarmos a nos posicionar. Entendemos a dificuldade de locomoção, a dificuldade de sair da sua casa para estar em Campo Grande, de repente em Dourados, em Três Lagoas, ou em Chapadão, independente do município que queiramos ir, mas, que se

ficarmos apenas focados em grupos de rede social, estaremos fadados ao fracasso. Então, hoje, fico contente, porque, acho que a minha missão foi cumprida, de poder ter vocês junto com a assessoria do deputado Renato Câmara e que, no final, possamos escutar as demandas de vocês. E que vocês saiam contemplados no sentido de entendimento do que é a frente parlamentar e que possamos cobrar de uma maneira efetiva. Quero dizer que somos importantes, a despeito de fatores políticos que não conseguem captar a importância da nossa categoria. É a hora de podermos demonstrar a essas senhoras e senhores que têm dificuldade de compreensão, ou que querem manter aquele velho padrão de ACS e ACE sendo apenas um curral eleitoral. Temos a capacidade de contribuir de uma maneira muito efetiva para a população mais carente deste país. Para terminar, costumo dizer... Estou com quarenta e quatro anos, entrei no concurso de Dourados com vinte e seis, eu mudei e vou citar esta história rapidamente. Estava em uma campanha de vacinação antirrábica e fiquei responsável por levar a vacina para esses diversos pontos e passei em um bairro que se chama Estrela Vera, em Dourados. Vi um pai com uma criança, que deveria ter uns três, quatro anos, para dar um banho nessa criança em um córrego. Então, é para essas pessoas que nós — agentes de saúde e agentes de combate às endemias — trabalhamos, nesse trabalho de educação e saúde. Temos uma responsabilidade muito grande e, por isso, temos que buscar o respeito que merecemos. Obrigado pela presença de cada um de vocês aqui.

SENHOR SEBASTIÃO MESSIAS DE SOUZA (assessor parlamentar) — Gostaria de agradecer a presença do Péricles, assessor da deputada Gleice Jane. Seja bem-vindo. É muito interessante a fala de vocês, de cada um, e sentimos que temos que dar um "up" na frente parlamentar. Sabemos da importância de vocês desde sempre, mas, após a pandemia de 2019, pudemos observar essa importância. Acho que houve um olhar diferenciado sobre a importância de vocês dentro da casa das pessoas. Acho que vocês são as únicas pessoas que conseguem chegar dentro da casa das pessoas. Acredito que, realmente, a categoria de vocês precisa ser valorizada, e nós estamos aqui para ouvi-los, para que possamos construir agendas propositivas, agendas que venham em defesa de vários assuntos de interesse de vocês. Então, agradeço novamente a presença de cada um, e eu vou passar para a Márcia. Quer fazer a apresentação daqui, Márcia?

SENHORA MÁRCIA TEREZINHA RATTI (assessora parlamentar) — Pode ser.

SENHOR SEBASTIÃO MESSIAS DE SOUZA (assessor parlamentar) — Ela vai fazer a apresentação. Não são quatro horas, eu estava brincando. É bem rápido. Depois, vocês também podem perguntar. Pode ficar à vontade, Márcia.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA R. DA F. P. EM APOIO AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE
COMBATE A ENDEMIAS
REALIZADA EM 05/08/2025**

SENHORA MÁRCIA TEREZINHA RATTI (assessora parlamentar) — Gente, primeiro eu queria dizer para vocês que fico extremamente feliz... Detesto ficar sentada. Tem um microfone?

SENHOR SEBASTIÃO MESSIAS DE SOUZA (assessor parlamentar) — Deputada, por favor. Que bom que a deputada Gleice Jane veio. Deputada, por favor.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Tudo bem, meu querido? Obrigada pelo convite. Tudo bem, minha querida?

SENHORA MÁRCIA TEREZINHA RATTI (assessora parlamentar) — Quanto tempo, Gleice! Coisa boa eu vir para esta Casa.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Tudo bem, minha querida? Você me convocou, eu vim! Tudo bem, meu querido?

SENHOR SEBASTIÃO MESSIAS DE SOUZA (assessor parlamentar) — A Márcia vai fazer uma apresentação. Estávamos aqui, deputada, encerrando a apresentação da mesa. Você chegou na hora oportuna. Já passamos a palavra para a senhora, fique à vontade. Só para esclarecer: íamos fazer uma reunião oficial, mas outros deputados não conseguiram vir; então, estamos realizando uma reunião de discussão de pautas propositivas para próximos encontros da frente parlamentar. Pode ficar à vontade.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Boa tarde. Primeiro, é muito bom receber vocês aqui e ver esta Casa cheia de trabalhadores e trabalhadoras em torno de uma pauta, de uma situação importante. Quem é de Dourados já me conhece. Quem aqui é de Dourados? Vamos ver se tem mais alguém. O pessoal de Dourados já me conhece há algum tempo pelas lutas. Para quem ainda não é das lutas ou não é de Dourados: eu sou professora, sindicalista e estou acompanhando a pauta dos agentes comunitários em Dourados há alguns anos; e temos acompanhado um pouco essa luta, as demandas de vocês, e algumas dificuldades. Hoje, vim aqui para me somar à luta de vocês, para que saibam que aqui na Assembleia Legislativa há pessoas preocupadas, assim como os demais deputados que, por algum motivo, não puderam estar presentes hoje. Vou permanecer aqui com vocês por um tempo ainda, no intuito de ouvir mais sobre as demandas e fortalecer essa pauta e a luta de vocês, aqui dentro da Assembleia Legislativa. O que estiver dentro das nossas atribuições, o que for possível, contem conosco. Já venho acompanhando essas questões há algum tempo. O Marco e o Jonathan vêm me pautando bastante em torno dessas demandas. Tenho acompanhado também a pauta nacional das demandas de vocês. Acompanho esse tema desde 2014, a partir da luta do pessoal de Dourados. Eu me sinto muito parte desse processo também. Contem conosco e parabéns

por trazerem esse movimento aqui para dentro, por estarem pressionando, no sentido de que os trabalhadores devem mesmo exigir da Assembleia Legislativa que se criem comissões, frentes e propostas para responder a um trabalho tão importante. Sabemos que o trabalho de vocês é um dos principais pilares da saúde. Há algum tempo, eu dizia: precisamos equipar os hospitais. Aí, o pessoal da Atenção Básica falava: "Não, precisamos melhorar a Atenção Básica". Depois, os agentes diziam: "Não, se houver melhorias para os agentes, nem será necessário tanto recurso para a Atenção Básica". Acho que o trabalho dos agentes comunitários é fundamental e nós compreendemos essa importância. Hoje, é uma pena que nem todos puderam participar, mas teremos outros momentos com os outros deputados e eu me comprometo a levar essas demandas para os demais também. Muito obrigada.

SENHOR SEBASTIÃO MESSIAS DE SOUZA (assessor parlamentar) — Márcia, pode ficar à vontade.

SENHORA MÁRCIA TEREZINHA RATTI (assessora parlamentar) — Vamos começar. Primeiro, é importante dizer que este espaço é extremamente importante. Embora ele tenha sido construído em 2023 e tenha tido uma pausa por todos os processos internos pelos quais a Casa passou — e os trabalhadores também —, é essencial falar por que ele foi criado. Essa frente parlamentar foi criada para dar voz e ouvido aos trabalhadores, aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de endemias. O papel da frente parlamentar é exatamente esse que está posto na fala da deputada. Entendemos e acreditamos que a força do diálogo e a colaboração são os principais pontos que precisamos ter. É começar o diálogo, é poder fazer essa colaboração para que, juntos, possamos melhorar hoje e construir o amanhã. As pautas que virão hoje são extremamente importantes. A frente parlamentar foi instituída pelo Ato da Mesa Diretora nº 34 de 2026, sendo empossada em 13 de setembro de 2023. Então, houve um hiato no trabalho a que esta frente parlamentar deve se ater. Quais são os objetivos da frente parlamentar? Reunir os parlamentares que possuam uma preocupação especial sobre o tema; promover debates, workshops, seminários, audiências públicas, entre outros, juntamente com a participação dos mais diversos segmentos e instituições de interesse da categoria; subsidiar com pareceres, informações técnicas e dados estatísticos as proposições de iniciativas legislativas de interesse da sociedade no que concerne ao tema; articular e discutir junto ao Governo do Estado a melhoria da qualidade das condições de trabalho dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias no Estado de Mato Grosso do Sul, bem como estimular e valorizar os profissionais; buscar junto ao Governo Federal e ao Governo do Estado investimentos no que tange à capacitação dos profissionais, à aquisição de equipamentos e veículos para locomoção, e demais estruturas que se fizerem necessárias para o bom

andamento das atividades dos referidos profissionais. Então, vejam que a frente parlamentar tem objetivos muito claros. E, quando nos colocamos aqui, já ficou claro, a partir das primeiras falas de vocês, a necessidade de começarmos a realizar encontros regionais para ouvir os profissionais que estão na ponta e desenharmos um plano de trabalho coletivo. Por quê? Porque precisamos pensar na seguinte situação: se você vai ter um encontro regional lá na frente, como as equipes da região vão trabalhar e se articular para que possamos ter um produto desse encontro e trazê-lo para a frente parlamentar, para o Governo do Estado e discuti-lo junto aos prefeitos? Esse, para mim, é o primeiro ponto extremamente importante, já sublinhado pelas falas dos nossos colegas aqui. Então, acho que isso já é muito significativo. E é importante que vocês conheçam quem são os membros desta frente parlamentar, que é coordenada pelo deputado Renato Câmara, e que tem catorze deputados que estão conosco: Antonio Vaz, Coronel David, Jamilson Name, Junior Mochi, Lidio Lopes, Londres Machado, Lucas de Lima, Marcio Fernandes, Pedro Kemp, Pedrossian Neto, Professor Rinaldo, Rafael Tavares, Zeca do PT e Lia Nogueira.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Então, já pode colocar quinze deputados...

SENHORA MÁRCIA TEREZINHA RATTI (assessora parlamentar) — Já está! Deputada, sem você, a região de Dourados... E aí, gente, vocês disseram que a frente parlamentar ficou parada, que ninguém fez nada. Talvez não tenha chegado aos ouvidos de vocês, mas já foram feitos investimentos para a aquisição de bicicletas elétricas para os ACSs e ACEs, através de emendas parlamentares que já foram destinadas aos municípios, além de uniformes, EPIs e motos, para esses profissionais que atuam lá na ponta. Aí você fala: "Mas no meu município não chegou." Calma, gente! Calma! O nosso amigo Messias vai falar para vocês. Olhem só, essas são demandas que chegaram ao Legislativo por meio de emendas parlamentares. Elas resolvem todos os problemas? Não! É apenas uma parte do problema. Trata-se da operacionalização do serviço, como chegar a locais de difícil acesso. Entretanto, as pautas que vocês estão trazendo para nós são muito mais amplas. Elas vão desde concurso público até insalubridade, só para começar a conversa. E, para esclarecer, quero dizer a vocês que há um ofício, que a frente parlamentar recebeu, com três pautas. Não sei se o que vocês estão trazendo hoje está dentro dessas pautas, mas, o importante é usá-las como norte para esta reunião de hoje. Tudo bem para vocês? A primeira pauta apresentada é sobre a contratação temporária dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias, o que descumpra o artigo 18 da Lei nº 11.350/2006, que veda esse tipo de vínculo e favorece a precarização e alta rotatividade de trabalhadores. Lembremos que esses profissionais possuem como principais características o conhecimento do território e da população atendida. O segundo ponto de pauta é a

exigência de ponto biométrico pelos municípios. Como os trabalhadores se deslocam de um lugar para outro, nem sempre é possível voltar à secretaria municipal para assinar o ponto. Esse é um debate incrível que precisamos aprofundar. E o terceiro ponto é a cobrança dos municípios que não cumprem as leis relacionadas ao adicional de insalubridade. Assim, temos três pautas extremamente importantes. Quando tratamos da precarização dos vínculos trabalhistas, eu gostaria de fazer uma observação para vocês: estou cedida para estar aqui. Sou colega de trabalho de muitos de vocês, e venho de uma outra política pública, ainda mais pobre: a assistência social. Todos nós, trabalhadores, estamos realmente sendo impactados por essa pauta neoliberal, que pressiona para que não sejam realizados concursos públicos para a admissão de trabalhadores, permitindo apenas contratos temporários, com no máximo dois anos de duração. Além de ferir a legislação, isso prejudica uma questão muito importante: o acolhimento das famílias que precisam do nosso serviço e que têm nos profissionais um ponto de referência dentro das políticas públicas. O acolhimento acaba prejudicado, assim como a escuta qualificada, que é essencial no atendimento às famílias. Então, só por esses exemplos, já podemos perceber o quanto essa pauta é importante nesta tarde. Deixo a palavra aberta para vocês, para que possam se manifestar. Vamos registrar e discutir os pontos principais. Pode ser? Fiquem à vontade! Quem gostaria de falar?

SENHOR SEBASTIÃO MESSIAS DE SOUZA (assessor parlamentar) — Pessoal, só para esclarecer, está sendo feita a taquigrafia, então, tudo o que vocês falarem será devidamente registrado aqui.

SENHOR VAGNER APARECIDO ESCOBAR COLMAN (ACS/Campo Grande) — Boa tarde a todos. Meu nome é Vagner e sou agente comunitário de saúde no município de Campo Grande. Desenvolvo essa profissão há vinte anos. Quando fomos convidados a participar dessa mobilização pelo nosso companheiro Marco, de Dourados, e pelas demais mobilizações, surgiu o anseio e a dúvida de vários companheiros que queriam saber qual era a intenção e a proposta da frente parlamentar. O Marco e os demais companheiros aqui presentes se sensibilizaram — o Jhonatan também — e buscaram essa mobilização para nós. Eu não posso cometer aqui o erro de não agradecer ao meu amigo — hoje advogado — Péricles, que foi agente comunitário de saúde e trabalhou junto comigo. Muito obrigado pela sua presença, Péricles. Trabalhamos na mesma unidade de saúde e, hoje, você está aqui, graças a Deus. Na fala da senhora, Márcia é seu nome, não é? Quando a senhora mencionou um hiato, queria esclarecer que não existiu esse hiato para os trabalhadores, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias. Estivemos à frente de várias mobilizações, inclusive aquelas nas quais precisamos do apoio da Casa. Eu acredito que a Casa se mobilizou em prol de algumas coisas que chegaram ao

nosso conhecimento, mas, outras ficaram a desejar. Recentemente, tivemos algumas lutas e mobilizações em prol daquilo que nos foi garantido em campanha, e estamos alcançando, graças a Deus. Então, quero deixar registrado o quanto é importante toda mobilização da nossa categoria nas três esferas de Governo. Há algumas coisas sendo articuladas, e nós precisamos nos manter fortes. Essa conquista da frente parlamentar é, para nós, uma ferramenta que será de grande valia no nosso estado, desde que ela comece a funcionar, a caminhar de fato. Porque, no meu entendimento, foram dois anos parados. A senhora falou que algumas coisas chegaram ao município, mas acredito que foram apenas questões pontuais, nada que pudéssemos dizer que foi algo em nível de estado. Nesse sentido, vou procurar ser mais sucinto nas minhas falas. Gostaria também de agregar às pautas propositivas o repasse do IFA. Trata-se da Lei Federal nº 12.994/2014, que garante e direciona esse repasse, esse abono federal, aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias. No entanto, em muitos municípios, os gestores não interpretam dessa forma; pegam esses recursos e não os repassam para os profissionais citados. Gostaria que fosse incluído como emenda propositiva a junção do IFA, garantindo o que já consta na legislação federal, através da Lei nº 12.994/2014. Ou seja, já temos mais de dez anos dessa lei, e os municípios continuam desrespeitando esse direito, uma conquista da nossa categoria, que foi fruto de mobilizações. Nada chegou para nós de forma automática; todas as conquistas vieram graças às nossas lutas e mobilizações. Por isso, quero aqui deixar registrada essa situação e reforçar a questão dos pontos biométricos. Esse mecanismo, para a nossa categoria, em nível estadual, é muito desgastante. O ACS e o ACE precisam se locomover, e muitos chegam a ir até quatro vezes por dia à unidade de saúde. Hoje, trabalhamos com metas e precisamos atingir metas diárias para termos direito ao nosso abono ou ao incentivo estadual. O que acontece? Quando nos deslocamos até a unidade, precisamos fazer a biometria, assinar o ponto e retornar. Depois, na hora do almoço, é necessário voltar, refazer a biometria e, no final do dia, realizar o mesmo processo. Como podemos produzir desse jeito? Quero, então, deixar registrada aqui a nossa fala, sensibilizando os demais companheiros e deputados que fazem parte desta frente parlamentar, para que possam buscar, em consenso e dialogar com os prefeitos, para alcançarmos um denominador comum. Para a nossa categoria — ACS e ACE —, o ponto biométrico, nesses moldes, não é interessante e não nos ajuda em nada. É isso. Muito obrigado.

SENHOR SEBASTIÃO MESSIAS DE SOUZA (assessor parlamentar) —
Pode passar.

SENHOR ALTIVANI LEITE DE SOUZA (ACS/Paranaíba) — Meu nome é Altivani, sou agente comunitário de saúde de Paranaíba. Hoje, eu não estou aqui sozinho.

Nós, agentes de Paranaíba, estamos aqui. Foi muito difícil estarmos presentes. Sempre foi muito difícil participarmos das lutas, porque sempre estivemos à margem. Para vir aqui, conseguimos gasolina com amigos e com dois vereadores, sem nenhuma outra ajuda, para que nossa voz, lá em Paranaíba, não ficasse calada e, mais uma vez, não fosse ouvida. Eu ouvi as falas aqui, principalmente a do Jhonatan, quando ele falou sobre o novo financiamento que está por vir. Gostaria de deixar algo bem claro sobre a criação da nova Política Nacional de Atenção Básica (Pnab), que descaracteriza o Programa de Saúde da Família. Quando a Pnab foi criada, com um novo tipo de financiamento, havia a ideia de que os cadastramentos feitos pelos agentes comunitários fariam com que os prefeitos valorizassem os agentes. Anos depois da criação da Pnab — que bate de frente com a nossa Lei Federal nº 11.350 —, isso não aconteceu, muito pelo contrário, vimos um certo retrocesso com relação a quê? Nas bases, o nosso trabalho começou a ser mecanizado, em cima das metas. Concordo que metas são necessárias, no entanto, onde está o estudo do território? A qualidade? Colocou-se "tantos por cento" de exames de HIV e sífilis, mas, as equipes não sentam mais para discutir. Muitas vezes, o agente comunitário, lá em Paranaíba, é excluído das discussões; o gestor e o secretário só fazem a reunião com o médico e enfermeiro e decidem de cima para baixo. Eles não veem o que acontece com o território e não veem a necessidade da família. Há uma forma de como foi trabalhada durante a pandemia e a pós-pandemia. Na pandemia, nós, os agentes comunitários de Paranaíba, fomos a única categoria designada a mexer com a Covid-19, mas, não recebemos 40% de insalubridade. Todos os dias e finais de semana, fomos obrigados a cobrir áreas descobertas, isolamento até às 21h ou 22h; foi muito cansativo e mediante ameaças, ou você faz ou você não recebe isso, você não recebe aquilo. Não havia necessidade de fazer isso, porque nós temos consciência das nossas responsabilidades como trabalhadores, só que precisamos ver o seguinte, a Portaria nº 6.709 traz um alerta: como nós, agente comunitários de saúde, estamos sendo vistos na base. Entrei como agente comunitário em 1999 e digo que algumas coisas precisam ser resgatadas, mas, acima de tudo, o gestor precisa compreender o que é o nosso trabalho e não menosprezar o que é a essência do trabalho do agente comunitário de saúde. "Ah, tem um 'boom' de sífilis, IST e Aids na cidade". Estava careca de saber antes de colocar as condicionantes, porque, como você pode fazer um trabalho de IST/Aids se a população nem sabe o que é Profilaxia de Pré-Exposição (PrEP)? Se a formação não chegou do Estado até lá, para o agente comunitário disseminar isso? As informações não podem ser centradas. "Ah, não vamos passar isso para os agentes se não eles vão exigir mais direitos". Somos importantes, fazemos a mudança, estamos na ponta. O índice de vacina está baixo? Quem convence a dona Maria e o senhor João a tomar vacina sou eu, que chego e converso com a dona fulana de tal que está com medo de tomar vacina. Igual uma amiga falou para mim:

"Não quero tomar essa vacina. Como amigo, o que você fala para mim?" Falei: como amigo, aconselho você a tomar; como profissional, muito mais. Lembro que houve uma reunião aqui e o pessoal questionou — acho interessante que tenhamos os tablets que estão vindo aí, porque precisamos evoluir tecnologicamente — a qualidade das visitas do agente. Ora, vai ser difícil ter qualidade de visitas eu indo quatro vezes ao ponto colocar o dedo. Primeiro, o ponto eletrônico não foi instituído por culpa do agente comunitário de saúde, mas, por outros profissionais internos da unidade de saúde que não cumpriam horário. Eles continuam não cumprindo horário e é cobrado de mim, para eu ir lá quatro vezes. Como eu vou fazer uma visita de vinte e cinco minutos, sendo que o meu horário tem que ser batido com o do usuário e já tenho que voltar para colocar o dedo lá? Como vou conseguir fazer uma visita de qualidade se o gestor está mandando eu entregar o encaminhamento da Atenção Secundária? Tenho que voltar a uma casa que eu já fui, tenho que pegar e colocar o dedo e também pegar assinatura; além de colocar o dedo, pegar assinatura, tenho que colocar o dedo para provar que estou na área, tenho que fazer o paciente assinar para provar que eu fui à casa. E ainda escuto insinuação que tem muitos agentes que falsificam... [fala fora do microfone] Com GPS... Penso que temos que confiar o mínimo nesse funcionário. Se as metas estão interessantes, estão atingindo os objetivos, há uma qualidade, estão diminuindo os índices... Os municípios precisam começar a trabalhar com os dados informados pelo agente comunitário; não podem colocar dentro de uma gaveta e pronto. Precisamos dessa ajuda com relação ao Estado. Não sei se vocês podem qualificar os gestores para eles entenderem o que é o trabalho do agente comunitário, que é o educador de saúde, porque eles não sabem! É óbvio que há problemas com um ou outro profissional, mas, eu não posso usar isso para atrapalhar o serviço e generalizar. Os dados diminuem, não vou ter como cadastrar, já que a nova Pnab pede cadastro, se eu tenho que trabalhar. "Ah, não, você não pode esticar, porque teremos que pagar hora extra para você e não podemos pagar hora extra. Mas o meu ponto para às 16h, o paciente chega às 17h, de quem é a culpa? Ele vai ao Sistema de Informações em Saúde do Trabalhador (Sist): "Ah, os agentes comunitários de saúde não trabalham". Mas não falam que colocam o ponto quatro vezes ao dia. Não falam que restringem o meu horário de colocar lá. Com relação ao IFA, conseguimos judicialmente, só que os gestores colocaram um decreto colocando condicionantes: se eu tirar um dia de atestado, eu perco. E não tem nada a ver! Trabalhei quatro meses e o dinheiro vem, ele vai lá e fica com o dinheiro. É injusto, é imoral. Em Paranaíba, a coisa é tão complicada que há mães solas, ou pais com filho que têm necessidade especiais e, por isso, têm horários reduzidos, mas trabalham tanto quanto eu, que faço oito horas, porque as metas que eu tenho que atingir, eles têm que atingir com menos tempo. "Não, vou soltar um decreto e vocês não podem trabalhar em nenhuma campanha, nada disso, nem local, porque vocês já têm um horário especial". Isso é

discriminação. Agradeço a esta frente, lembro quando o Jhonatan pediu para fazê-la, tivemos grandes desafios, houve algumas resistências na base, mas, hoje, o que pedimos é uma qualificação para esses gestores e um pouquinho de consciência, porque da forma como está vindo, eles estão prejudicando os índices do novo financiamento. Isso não vai me prejudicar como agente comunitário, vai prejudicar o município. Conversei com a Jéssica e com a Natália quando estava vindo e falei: se preparem para a bucha, porque eu vi uma qualificação em que não explicam nada. Só fazem uma reunião entre eles; depois, pegam a meta da enfermeira: "Ah, isso está baixo. Vai lá verificar pressão". O meu módulo é esse, o módulo da enfermeira é aquele. Eu trabalho em uma unidade que não tem telefone e os pacientes ligam para mim: "Altivani, meu exame chegou". Estou lá no meio da visita: "Altivani, vê na portaria se está isso. Você já voltou de férias? Tem mais de três anos que minha unidade não tem telefone fixo funcionando, já mandamos para o Ministério Público, não adianta. Já mandamos essa questão do ponto eletrônico, eles falam que é flexível, mas não é; aí o Ministério Público fala: "Ah não, mas é, sim". Uma menina lá de um grupo, acho que foi o do Fórum Nacional das Representações dos ACS e ACE (Fnaras), mandou em um dos grupos, acho que até coloquei: "Ministério Público da Procuradoria-Geral de Paulo Afonso..." Faz uma indicação, que nem é do ponto eletrônico de quatro vezes, é da folha manual... Não estamos pedindo para tirarem tudo, mas, se for possível, pelo menos deixar a entrada e saída. Acabar com esse horário do almoço. Obrigado.

SENHORA JÉSSICA MARIA VILLA ROSA SILVA (ACS/Paranaíba) — Olá. Uma ótima tarde a todos. Sou a Jéssica, de Paranaíba. Igual ao que o Altivani falou, eu sou mãe atípica, tenho carga horária reduzida e Paranaíba é um inferno para você trabalhar com os gestores de lá. Infelizmente, essa é a palavra correta. Recebemos os tablets, que o Altivani não mencionou, em outubro do ano passado, mas, não o entregaram para nós. Recebemos há dois meses, em junho, e já estão cobrando a meta agora, em agosto, sem nenhuma capacitação e eles alegam que fizeram a capacitação na entrega dos tablets, mas, eles não fizeram. Reuniram à tarde, na Secretaria de Saúde, deram um curso bem meia-boca, do tipo: "Vamos fazer um teste e vocês que se virem". Estamos sofrendo, com essa gestão, muito assédio moral. No meu caso, aconteceu de eu ser proibida de trabalhar em campanhas e horários estendidos, mediante penalização. A secretária de Saúde foi bem enfática e estou correndo atrás para judicializar, porque não acho justo. Não escolhi ter uma filha com autismo, mas ela precisa de tratamento e eu trabalho como todos os agentes comunitários da minha unidade. Não achei certo, porque lá — querendo ou não — é na base do coronelismo; é muito assédio em cima dos agentes. Somos desvalorizados, somos os últimos a saber e toda a bomba vem em cima de nós. Então, precisamos do apoio desta frente parlamentar, porque muitos agentes comunitários de Paranaíba estão doentes, psicologicamente falando. Se eles querem números, têm que nos dar um mínimo de suporte

que não temos. Esse ponto quatro vezes ao dia atrapalha muito, tanto para mim quanto para meus colegas. Muitas vezes, são 10h40 e você está ali e deu a sorte de encontrar o paciente, porque muitos trabalham, você quer fazer uma visita de qualidade, mas só faltam vinte minutos para bater seu ponto. Tem que sair correndo, deixar o paciente a desejar, para bater o tal do ponto. E piorou! O ponto está com problema e se não registrar, é descontado do seu salário. Não é justo, porque nosso trabalho é de campo. Paranaíba, querendo ou não, está deixando a desejar; não sei os outros municípios, mas lá está difícil. Por causa do decreto ilegal, eu e outros colegas já ficamos sem receber, porque fizemos cirurgia. Outras colegas, que fizeram cirurgia, e eram apadrinhadas do prefeito, receberam o IFA. Então, querendo ou não, eles perseguem. Eu fui oposição ao prefeito e estou pensando. E é isso. Muito obrigada a todos.

SENHOR DOUGLAS GOMES RAMOS DA SILVA (vice-presidente da Appaacse/Ponta Porã) — Boa tarde. Sou o Douglas, de Ponta Porã, da Associação Ponta-Poranense dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias (Appaacse). Pessoal, eu não venho muito para cá; costumo ficar mais no município e o Délcio costuma vir mais para cá, mas, hoje, tivemos uma oportunidade em que nós dois pudemos vir. Achei muito legal, porque era um encontro da frente parlamentar, e acredito que é uma oportunidade boa de colocarmos os parlamentares do Legislativo nessa nossa luta. Primeiro, quero falar só entre nós, colegas agentes. Precisamos ter a compreensão de que todos nós, além de funcionários públicos, somos agentes políticos, e temos peso, dependendo do que uns ou outros acham que podem fazer para nos beneficiar ou nos ajudar. Vocês precisam entender isso. Por exemplo, quando você vai marcar uma reunião com o prefeito, ele pode marcar para amanhã, para a semana que vem ou mandar para o secretário de administração ou de saúde atender você. Isso depende de como a sua demanda é julgada como importante. Hoje temos uma reunião marcada — já há algum tempo — com a frente parlamentar, composta por quinze deputados! O coordenador não pôde vir; claro, essas intercorrências acontecem, acontecem conosco também. Mas eram quinze deputados! E temos apenas uma parlamentar presente. A culpa é deles? Não. O que estou perguntando para vocês é: qual o peso que estamos dando para nós mesmos? Poderia ter mais deputados presentes ou até parlamentares de fora querendo entrar. Na época da pandemia, foi vislumbrada a capacidade e o poder de alcance do agente comunitário de saúde e do agente de endemias. Essa importância sempre existiu, mas foi um momento em que as pessoas falaram: "Olha só! Olha aquela categoria, olha o alcance daquela categoria, olha o potencial daquela categoria de levar a voz do Estado, a voz da saúde, e a voz do Governo Federal para a população". Então, observem bem a importância que nós temos, para que possamos nos organizar, pedir de forma correta, pedir de forma produtiva e dirigir nossos pedidos às pessoas certas, aos interlocutores certos. Se vocês pegarem a pauta que todo mundo falou

aqui, sabem qual é a nossa pauta? Todas são leis descumpridas. Então não é pauta, gente! Entenderam? Pauta é quando pedimos algo a mais. A gente chega aqui e fala de ponto biométrico, mas, está lá na CLT, na Consolidação das Leis do Trabalho: trabalho externo não exige ponto. Então, não estou inventando nada, está lá, é uma lei. Agora, vou indicar onde acho que a frente parlamentar pode nos ajudar. Vou pontuar apenas entre nós, porque são raras as oportunidades de conversarmos. Sobre o IFA, por exemplo, está lá. Deixaram uma vírgula no texto da lei. E essa vírgula serviu para que alguns utilizassem como justificativa para não nos pagar. É uma interpretação, uma brecha, como chamam, não é? E quando alguém usa a brecha, na realidade ele sabe a intenção original, mas prefere se apoiar nela. Portanto, ele está optando por usar essa brecha jurídica para não pagar. Mas, no fundo, todos sabem qual é a intenção real. E se temos uma intenção real, é uma lei federal e é para todos, então não faz sentido eu e o Délcio tentarmos lutar apenas por Ponta Porã, fulano por Naviraí, sicrano por Dourados, sem conseguirmos chegar a um consenso. Precisamos de uma voz unificada para essas questões. Uma voz que chegue e fale para todos os gestores: "Poxa, está aqui, vamos fazer um negócio padrão, que seja ideal e igual para todos?" Porque, gente, de novo, estamos apenas pedindo o cumprimento de leis. Até agora é só isso, o cumprimento de leis. Insalubridade. Outra coisa. Está lá na nossa lei, ponto. A nossa lei carece de uma regulamentação, certo? Mas essa regulamentação pode ser feita em nível federal e também em nível municipal. De novo, temos um momento em que podemos encaminhar uma voz unificada, porque a lei é a mesma. Apesar de sermos funcionários municipais, a nossa profissão é federal. Então, tanto em Fortaleza quanto no Amazonas ou no Rio Grande do Sul, a função da gente é a mesma. As nossas obrigações são as mesmas. Por isso, quando temos esse momento de nos reunir em âmbito estadual, devemos sempre levantar debates pensando em padronizar a nossa luta para que essa padronização alcance os gestores. Assim, não ouviremos absurdos como: municípios que só recebem os agentes se tiverem mais de quinhentos cadastrados; municípios que criam classificações para receber o IFA; municípios que decidem se "o cara pode ou não pode" receber, mesmo sendo da mesma categoria. Isso dilui a força da gente. O Délcio agora está conseguindo, através da associação, formalizar e regulamentar a questão da insalubridade. O foco da nossa luta é a insalubridade. Mas aí acontece o seguinte: quem já conquistou a insalubridade não vê o foco que eu e ele estamos pedindo. Tem gente que já recebe o IFA e, por isso, está confortável. Por mais que isso aconteça, se não padronizarmos o nosso diálogo e não atuarmos em bloco, sempre ficaremos divididos. Quero que a gente se veja como agentes políticos, porque o desempenho da nossa função já acontece. Nós já trabalhamos, já desempenhamos nossas responsabilidades, apesar de pagarem incentivos, adicionais. Esse trabalho já é feito por nós, com ou sem esses incentivos. Eles são apenas uma forma de reconhecimento, no meu entendimento, porque

o trabalho já existe e está sendo realizado. Então, não vamos nos sentir "sequestrados" por esses incentivos. Vamos lembrar que, em toda lei, está lá: "A qualquer momento, posso te tirar isso." Entenderam? Mas, se a qualquer momento podem tirar esse benefício, por que nos pagam? Porque sabem o quanto é importante e o quanto nós economizamos em ações secundárias que conseguimos evitar ao levarmos nosso serviço para as comunidades. Agora, o que eu queria pontuar: essa reunião com a frente parlamentar, que hoje chamo de uma "pré-reunião", deve ser interpretada como um passo inicial para a construção de algo maior. Apesar de já termos um Parlamento aqui e de Ponta Porã estar bem próxima, precisamos do apoio da senhora também, deputada. Podemos, sim, desenvolver alguma coisa e contar com o apoio de vocês para isso. Seria importante que a frente parlamentar conseguisse formular um entendimento que nos permitisse, depois, sentar e dialogar com a associação de secretários de saúde — de onde saem bastantes propostas que, muitas vezes, acabam reduzindo direitos nossos, mas que dificilmente trazem melhorias — de forma padronizada. Proponho que façamos uma oficina, saindo com ideias concretas, e depois chamemos os secretários de saúde — ou até os prefeitos — para discutirmos. Assim, poderemos dizer que o IFA funciona assim; se serve para Dourados, serve para os setenta e nove municípios. Qual é a dificuldade? A insalubridade é assim. Se está sendo implementada em Ponta Porã, onde a lei será aprovada, por que não serve para todos? Depois disso, podemos pensar em outras pautas específicas para os agentes de saúde. Por ora, estamos apenas pedindo para que as leis sejam cumpridas. Outro ponto muito importante: acredito que alguns prefeitos talvez não tenham conhecimento... Quero acreditar que não sabem. A precarização é uma questão muito séria porque ela traz prejuízo financeiro para as prefeituras. Não dá para compreender uma prefeitura que opte por tirar dinheiro que poderia estar investindo em outras coisas para pagar funcionários que serão demitidos daqui a dois anos, porque o Governo Federal paga o salário integral do agente de saúde concursado. Ele paga três mil e cinquenta reais para cada agente de saúde concursado. Já para o agente contratado, ele manda mil e quinhentos reais, e a prefeitura arca com os outros mil e quinhentos. E, no ano que vem, serão mil e setecentos reais. [Fala fora do microfone] O que eu quero dizer para vocês é que a gente pode mostrar algo muito óbvio para eles: aliviem a folha de pagamento, aliviem a responsabilidade fiscal e, ao mesmo tempo, deem estabilidade para o agente de saúde que não tem. Hoje, 30% dos nossos agentes são contratados. Somos cento e cinquenta e quatro agentes; cerca de cinquenta são contratados. A cada dois anos, é um desespero, porque perdemos valiosos colegas que não conseguiram passar no concurso.

SENHOR JHONATAN WILLIAN SILVA (membro do Sindracse/Dourados) —
Douglas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA R. DA F. P. EM APOIO AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE
COMBATE A ENDEMIAS
REALIZADA EM 05/08/2025

SENHOR DOUGLAS GOMES RAMOS DA SILVA (vice-presidente da Appaacse/Ponta Porã) — Meu companheiro. Perdão, Jhonatan.

SENHOR JHONATAN WILLIAN SILVA (membro do Sindracse/Dourados/MS) — Esses colegas que saíram agora, os últimos, fizeram o curso técnico?

SENHOR DOUGLAS GOMES RAMOS DA SILVA (vice-presidente da Appaacse/Ponta Porã) — Alguns.

SENHOR JHONATAN WILLIAN SILVA (membro do Sindracse/Dourados/MS) — Então, foi dinheiro federal perdido, porque esses colegas não poderão atuar em nenhuma...

SENHOR DOUGLAS GOMES RAMOS DA SILVA (vice-presidente da Appaacse/Ponta Porã) — Um exemplo...

SENHOR JHONATAN WILLIAN SILVA (membro do Sindracse/Dourados) — Em nenhuma outra atividade que não seja como agente comunitário de saúde.

SENHOR MARCO AURÉLIO AMORIM BONETT (presidente do Sindracse/Dourados) — Você me permite um aparte de um minutinho para a nossa deputada escutar aqui? Deputada Gleice Jane, eu fiquei muito preocupado porque, na vinda para cá, fizemos um levantamento do número de agentes de saúde e agentes de endemias que Mato Grosso do Sul tem. Quando nos reunimos aqui, em 2023, tínhamos sete mil e quinhentos trabalhadores. Hoje, temos seis mil e duzentos. Que investimento é esse em Atenção Primária e na Vigilância em Saúde, com cada vez menos gente trabalhando? Eu gostaria de deixar essa fala para que a nobre deputada possa somar à questão que nosso companheiro está dizendo muito bem. A questão da precarização é uma luta recorrente das nossas categorias no Brasil inteiro, deputada. E, infelizmente, Mato Grosso do Sul tem deixado a desejar nesse sentido. Obrigado, meu irmão.

SENHOR DOUGLAS GOMES RAMOS DA SILVA (vice-presidente da Appaacse/Ponta Porã) — Eu tento raciocinar sobre a precarização. Por quê? Está certo que existe aquela velha cultura de que "você vai estar na minha mão porque é contratado" e aquele medo. Mas, hoje, com processos seletivos, não existe mais o contrato direto. A pessoa entra pelo processo seletivo ou pelo concurso, e isso é mérito dela. É um contrassenso o prefeito perder dinheiro da saúde, dinheiro que poderia estar recebendo como verba federal completa — o salário integral do agente de saúde —, e preferir tirar do bolso dele 50% do salário para pagar a um agente contratado, colocando-o em uma situação de desespero, temendo perder o emprego a cada dois anos.

SENHOR DOUGLAS GOMES RAMOS DA SILVA (vice-presidente da Appaacse/Ponta Porã) — E ainda ajuda o município a não prestar contas no final do ano, porque não precisa prestar contas sobre os agentes comunitários de saúde...

SENHOR JHONATAN WILLIAN SILVA (membro do Sindracse/Dourados) — Sim, sim! [Fala fora do microfone].

SENHOR DOUGLAS GOMES RAMOS DA SILVA (vice-presidente da Appaacse/Ponta Porã) — Gente, outra coisa: nos grupos sempre tem um ou outro colega compartilhando leis, normativas, notas técnicas. Todo agente de saúde tem a obrigação de ter conhecimento dessas informações, de conhecer a base legal e de se apropriar delas para que, ao se sentar com o gestor, saiba o que está falando. Nós passamos por isso, gente. Hoje, graças a Deus, na nova gestão — e eu digo que somos sortudos —, a gestão ouve. Não é uma bênção; ela é gestora e eu sou trabalhador. Mas ela ouve, e ao ouvir, entende o que é prático, mesmo que não seja necessariamente prático para ela. Agora, teremos um curso em que conseguiremos aumentar em 40% as vagas para agentes de saúde. Mostramos à gestão que um agente de saúde pública cuidando de, no máximo, quinhentas pessoas é melhor do que um agente de saúde cuidando de setecentas e cinquenta pessoas. Explicamos para eles que isso não vai sair do bolsinho deles. Explicamos que isso é bom para a previdência municipal, porque é um dinheiro que vem de fora para entrar no cofre da previdência municipal. Quando o salário é precarizado e a prefeitura está pagando, ela tira do bolso dela para colocar no Previ ou Pronam; mas, quando você é concursado, está injetando dinheiro de fora. Então, gente, são essas coisas que precisamos usar para mostrar a eles, para tirá-los dessa nebulosidade de compreensão. Dá para conquistar! A gente vai ter um concurso agora. Antes, tínhamos cinquenta contratados e, agora, vamos abrir um concurso com cem vagas. Nós já temos cem concursados e vamos acrescentar mais cem vagas. Outra coisa importante que gostaria que vocês trouxessem para as discussões — e que, depois, em uma reunião mais ampla, fosse abordado — é o novo financiamento. Dá para tirar coisa boa dele. Dá para tirar coisa boa! Hoje, em Ponta Porã, nós já conseguimos aumentar o número de equipes de SF em 50%, utilizando aqueles limites que foram dados, a gente trabalhava com SF atendendo quatro mil e quinhentas, quatro mil e seiscentas, quatro mil e oitocentas, cinco mil pessoas. Agora, mostramos que, se você tiver duas SF com três mil ou dois mil e setecentos e cinquenta pessoas — que é o nível em que estamos —, vem mais dinheiro, melhora a qualidade e você consegue mais um dentista, mais um médico, mais um enfermeiro, mais um técnico, mais um vacinador. Vem mais verba, entendeu? Então, a gente vai conseguir! Já estamos com um projeto muito legal de ampliação. Este mês inauguramos três equipes de SF e, até o final do ano, vamos inaugurar oito. Então, gente, vamos nos apropriar! Vamos

nos apropriar, porque eles se assustam e respeitam quando percebem que a gente tem conhecimento, que a gente tem compreensão. Vamos fazer mais reuniões como esta, nem que seja apenas com agentes de saúde. Só para juntar algumas pessoas, sentar, bater papo e formular nossas estratégias. Isso é muito importante. Obrigado! Eu me alonguei demais. Eu sou prolixo mesmo. Eu falo e, se deixar, continuo. Mas a ideia é que a frente parlamentar consiga estabelecer pontes com os secretários de saúde, para que pautas de interesse geral da categoria — e não específicas de municípios — possam ser discutidas diretamente com todos, de forma padronizada. Assim, você não terá, por exemplo, eu pedindo ao deputado uma emenda específica para Ponta Porã. Essa frente, agora mesmo, soube que teve várias emendas parlamentares ajudando o ACS. Mas essas emendas vieram por conta da luta política de um grupo de ACS com o seu parlamentar, e não de todos os parlamentares da frente sentados deliberadamente para falar: "Vamos pegar aqui um bocadinho das nossas emendas, juntá-las e chamar os agentes para saber o que eles preferem, se preferem bicicleta elétrica, uniforme... Qual é a necessidade mais urgente deles?". A ideia seria fazermos uma emenda grande, de alguns milhões, e distribuímos de forma justa. Porque, se eu não tiver um deputado atuante na nossa região, como acontece em Ponta Porã há muito tempo, ficamos dependendo de "emprestar" deputados de outros municípios, no nível estadual, para nos ajudar. Sempre ficamos nessa situação. Por exemplo, não tenho alguém a quem possa pedir essa emenda diretamente, para pegar o celular, mandar uma mensagem e solicitar. Inclusive, o deputado que apoiamos na nossa região é desta frente parlamentar, mas eu não sei se estragou o WhatsApp dele, enfim... Pode ser alguma coisa desse tipo. Gente, vamos continuar juntos! Vamos estabelecer pontes, para permanecermos unidos, sentando e tendo conversas descontraídas como esta, mas tirando também coisas produtivas dessas interações. E aguardemos ansiosamente a próxima reunião da frente parlamentar, para que mais parlamentares nos prestigiem e, de repente, algumas respostas já possam ser apresentadas. Podem contar conosco para ajudar a formular o trabalho que pedimos hoje. E, quem sabe, na próxima reunião, já sejamos mais resolutivos. Obrigado e boa tarde.

SENHOR LUIZ RENAN MAMEDIO DE DEUS (secretário do Sindacse/Fátima do Sul) — Boa tarde, pessoal! Eu sou Luiz Renan, de Fátima do Sul. Sou agente de combate a endemias e também secretário do Sindicato Regional dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias (Sindacse) de Fátima do Sul. Meu presidente está ali. Estamos enfrentando um problema sério após a aprovação da Lei Estadual nº 6.287, que tratou do nosso reajuste do incentivo estadual. Eu não sei o que aconteceu, deputada e nobres companheiros, mas, depois da aprovação dessa lei, parece que colocaram um alvo nas nossas costas. Parece que nós ofendemos alguém, porque não é possível. A superintendente de Vigilância do Controle de Vetores, o coordenador estadual do Controle

de Vetores e os técnicos do Controle de Vetores — com exceção de alguns poucos do Núcleo Regional de Dourados — não nos atendem mais. Temos vários problemas relacionados ao e-agentes e ao e-visitas, mas não conseguimos resolvê-los.

SENHOR JHONATAN WILLIAN SILVA (membro do Sindracse/Dourados) — Só para ajudar aqui, a deputada não conhece todas as siglas. Então, explique se é um sistema, se é algo para matar perninhos, enfim...

SENHOR LUIZ RENAN MAMEDIO DE DEUS (secretário do Sindacse/Fátima do Sul) — O e-agente é o sistema onde lançamos as visitas dos agentes de combate a endemias. O Estado disponibilizou um smartphone, eu não trouxe o meu, senão mostraria para a senhora. O problema é que o Estado deixou de validar o incentivo estadual de alguns agentes alegando problemas na qualidade das visitas. Isso aconteceu com mais alguém nos seus municípios? Os supervisores também ficaram sem receber? No meu município, os supervisores receberam. Então, se a nossa qualidade de visitas não atingiu o esperado, como é que os supervisores receberam? Eu realmente não entendi isso, mas tudo bem. Nós precisamos de uma articulação maior entre a Assembleia Legislativa, a frente parlamentar e a Secretaria de Estado de Saúde, para levarmos esse problema mais a fundo, porque em todas as reuniões que conseguimos marcar com eles só conseguimos resolver questões pontuais. Eles pediram que enviássemos os erros por e-mail, mas como mandar erros se o sistema nem abre? Ele sequer me dá um código de erro. Quando ligamos no "help desk" do estado, o técnico não sabe resolver. O técnico vai dar curso no município e sabe menos do que nós. Ele sai do curso e somos nós que precisamos ensinar o técnico. Então, sinceramente, eu não sei o que esperar do futuro do incentivo estadual. Outro ponto importante: nobre companheiro Marcos, você também viu a nova planilha de combate às arboviroses? Ela foi alterada para incluir mais trabalho conjunto entre os ACSs e os ACEs, contudo, isso nos tira de uma área fixa. Como vamos trabalhar com os ACS se não temos área fixa? Precisamos ficar atentos a isso também. Sobre o Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde), mencionei essa questão em reuniões que participei na SIG e na SIR. Vou ser direto: o Conasems é um inimigo. Eles são adversários muito fortes. Eu, como gestor, participei de algumas reuniões e percebi que todos os secretários municipais de saúde têm uma postura muito difícil em relação à nossa categoria. Não sei qual é o ódio mortal que têm contra nós. Talvez seja porque é difícil nos controlarem, como fazem com outras categorias. O diálogo com eles é muito complicado. Como alguns colegas mencionaram aqui, seria necessária uma interferência ou intermediação por parte da Assembleia Legislativa, da frente parlamentar e do Governo do Estado junto ao Conasems, para validar esse cumprimento da lei, que já é um direito adquirido. Essa seria, eu acredito, uma ponte mais do que bem-vinda, não é, Marco?

SENHOR MARCO AURÉLIO AMORIM BONETT (presidente do Sindracse/Dourados) — Nobre Renan, quero aproveitar muito a sua presença aqui, nobre deputada. A Lei do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate a Endemias fala muito sobre a questão da territorialização, que é justamente o que o Renan destacou agora. Por vezes, essas entidades que deveriam defender os agentes — ou, pelo menos, atuar em benefício dos secretários de saúde — acabam demonstrando um desconhecimento sobre a lei. E, com isso, tiram os agentes de seus territórios. Permitam-me expressar isso um pouco mais detalhadamente, nobre companheiro. No caso dos ACEs, acabam retirando esses trabalhadores, desvinculando totalmente o conhecimento que eles têm sobre a população que deveriam atender. O que eu queria destacar aqui, deputada, é a necessidade de um processo contínuo de negociação. Essa é uma das minhas bandeiras, e eu sempre procuro defender isso nas oportunidades que temos. Nós precisamos, deputada, rever o financiamento destinado ao agente de combate a endemias. Atualmente, temos uma lei elaborada com base em alguns indicadores, mas que não contempla todas as atividades que os agentes precisam realizar. E isso, nobre deputada, inviabiliza os recursos do SUS para os municípios. Vou citar um exemplo de Dourados, Renan, e, daqui a pouco, já te contemplo, meu irmão. Em Dourados, existe uma portaria que garante cento e vinte e cinco trabalhadores custeados pelo Governo Federal. Contudo, estamos lutando há pelo menos quatro anos, deputada, para alcançar esse número. Atualmente, temos oitenta e quatro trabalhadores em Dourados, sendo apenas cinquenta e nove ACEs no campo, porque os demais colegas estão alocados em outras funções, como: UBV (pulverização, conhecido como fumacê); captura de triatomíneos (vetores de doenças como a doença de Chagas); busca e o controle de escorpiões; trabalho com leishmaniose; e campanhas de vacinação antirrábica. Essas são atividades diversas e fundamentais, deputada, que precisam ser expostas e discutidas. Precisamos trabalhar em conjunto com o Estado e o Governo Federal para revisar a portaria que estabelece um número tão limitado de cento e vinte e cinco trabalhadores. Foi mencionada aqui a CIB (Comissão Intergestores Bipartite), mas devo confessar: eu nunca vi esse ponto ser levantado em uma discussão na CIB.

SENHOR LUIZ RENAN MAMEDIO DE DEUS (secretário do Sindacse/Fátima do Sul) — Já houve repactuações feitas por meio da CIB em alguns municípios. Não aqui no estado, mas houve.

SENHOR MARCO AURÉLIO AMORIM BONETT (presidente do Sindracse/Dourados) — Exatamente. A CIB é o espaço onde os gestores se reúnem para discutir sobre financiamento. No caso de Dourados, por exemplo, acredito que a cidade poderia liderar esse movimento, deputada, cobrando diretamente o Ministério da Saúde. O município poderia questionar: “Ministério da Saúde, como Dourados pode ter apenas cento

e vinte e cinco agentes, sendo uma cidade com duzentos e quarenta mil habitantes? Para comparação, Campo Grande tem quinhentos agentes para uma população de um milhão de habitantes”. Então, precisamos discutir isso com urgência, minha nobre deputada. E reforço que, desta vez, fico muito feliz pela oportunidade de levantar essas questões aqui. Como bem colocou o colega de Ponta Porã, nós não estamos aqui para inventar a roda. Queremos apenas que as legislações existentes sejam cumpridas. No final das contas, sabemos que o maior beneficiado será a população mais carente do nosso país. Por isso, quero destacar: as duas categorias presentes aqui hoje — agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias — são primordiais para a saúde pública do Brasil. Muito obrigado, Renan.

SENHOR LUIZ RENAN MAMEDIO DE DEUS (secretário do Sindacse/Fátima do Sul) — Parabéns, meu amigo Marcos. Você abordou esse tema com muita propriedade! Lá em Fátima do Sul, fazemos de tudo: fumacê, tratamento, ovitrampas, LirAa, bloqueios... enfim, fazemos tudo. Na última quinta-feira, ainda nos apresentaram os novos relatórios do LirAa. Estou realizando mais de setenta visitas por dia. Mas, e a qualidade? Não sei dizer. Talvez eu quisesse que os técnicos de Campo Grande, que não validam nossos relatórios, fossem até nossas áreas para ver a realidade. Porque, aqui em Campo Grande, eles analisam tudo do escritório onde estão. E, às vezes, dizem: “Ah, mas já fui agente, trabalhei na Funasa por vinte anos, conheço bem o trabalho de campo”. Entretanto, a realidade hoje é totalmente diferente. Acredito que todos os colegas aqui presentes já viveram o momento de bater palma na porta de uma casa, e a pessoa só coloca a cabeça na janela e fala: “Ah, não!... Pode entrar”. E nem dá a cara, ela não aparece. Ela nem te olha na cara. Você chega lá, se demorar mais que cinco minutos numa casa, é perigoso sair de lá embaixo de vassourada. Outra situação que está acontecendo muito: o incentivo devia ser uma forma de ajudar o estado. Nós estamos tentando ajudar o estado, mas o estado não está, após esse novo reajuste do incentivo estadual, de portas abertas, nem de braços abertos para nos receber e ouvir essas demandas que têm acontecido. Eles nos deram um aplicativo com pouca instrução, com pouco treinamento, e não estão se sensibilizando em ouvir o que temos para falar. No final do mês, a penalidade vem em cima do agente. O serviço lá na ponta está sendo feito com excelência. Infelizmente, por conta da cultura do nosso estado, ainda com muitos redutos rurais, a cultura da população ainda é um pouco complicada na questão de organizar e juntar as coisas. Aquela história de “quem guarda, tem”, está ficando complicada. Ah, quase ia esquecendo uma pauta! Outra coisa que a frente parlamentar podia nos ajudar é fazer uma ponte com o Tribunal de Contas do Estado. Esse incentivo que está sendo pago aos agentes aqui, os municípios estão informando na folha salarial, e isso está sendo tributado. Não querem pagar como média salarial porque dizem que a lei — e, realmente, a lei diz — não serve para fins de contribuição previdenciária nem como média

salarial para décimo terceiro e férias. Porém, estão inserindo isso na folha. Está lá, saindo total bruto, total líquido, e descontando. O que a gente brigou mais de quatro anos para conseguir, que foi um reajuste do incentivo, um aumento, estamos perdendo agora em imposto. Para mim, isso é má-fé dos municípios, que estão jogando isso na folha de pagamento, alegando que o Tribunal de Contas não autoriza mais a folha complementar. Mas eles não apresentam nenhum parecer, nenhuma nota técnica do Tribunal de Contas. E, exatamente lá na minha cidade, eles alegam que os municípios que não aderiram ainda ao e-Social não estão 100% integrados. Lá também é o e-Social. Acho que era isso o que eu tinha para falar. Se a gente for debater os problemas hoje aqui, vamos passar o dia todo e a noite também. Acho que, na nossa pauta principal, são essas as colocações. Muito obrigado.

SENHORA LUCIANA VERNÉQUES (ACS/Maracaju) — Eu sou Luciana, essa é minha colega, agente de combate a endemias Kadige. Somos de Maracaju. Eu queria pontuar uma coisa importante, que foi falada aqui pelo Marco Aurélio, sobre o que está acontecendo lá em Maracaju: a territorialização. E aí é um ponto importante, porque o que está acontecendo lá — eu não sei se está acontecendo em outros municípios também — é que estamos vivendo uma situação em que eles tiraram os agentes de área para ajudarmos na territorialização. Só que, até onde eu sei, pela lei — até achei muito importante a fala dele —, estamos aqui cobrando o cumprimento da lei. E, até onde eu entendo, não se tira gente de campo para fazer esse trabalho. Segundo informações, tem gente até recebendo produção; e se recebemos por produção, precisamos produzir, certo? Então, eu queria que a frente parlamentar analisasse isso. Acho que é algo importante que ele falou também, sobre a questão da padronização. Creio que isso precisa partir daqui mesmo, porque, se um município pode, o outro também pode. Se é feito aqui, ali também precisa ser feito. Somos todos agentes: agentes de saúde, agentes de endemias. Por que no município tal pode, mas no meu não? Precisamos tirar um pouco dessa autonomia dos prefeitos, que acabam decidindo por fazer, porque todos são agentes. Então, são dois pontos importantes sobre a padronização. Eu gostaria muito que, futuramente, a frente parlamentar pudesse visitar os municípios, porque os nossos colegas, às vezes, não têm conhecimento e acabam sendo usados pelo gestor. Eu acredito que seja o caso de Maracaju, porque, sem conhecimento, eles são manipulados. O gestor diz: "Você tem que fazer isso", e eles fazem. "Você tem que fazer aquilo", e eles obedecem. Isso acontece porque eles não querem ser vistos como funcionários rebeldes que desobedecem ao chefe imediato. Essa é a minha fala. Existem vários outros pontos, mas este seria o principal. Creio que haverá outros momentos. Estar aqui é um desafio, porque, às vezes, ao ser a voz ativa, somos perseguidos, não é? Mas estamos aqui hoje para lutar pelo cumprimento da lei. É isso.

SENHORA MARIANE KADIGE (ACE/Maracaju) — Ah, eu não gosto de microfone, porque já falo alto, gente! O que eu vou falar para vocês? Já falo alto, vocês vão me ouvir de qualquer jeito. Então, vamos lá.

SENHOR PARTÍCIPE — Se você não falar...

SENHORA MARIANE KADIGE (ACE/Maracaju/) — Então, queridos, vamos lá. Sou Kadige, agente de combate às endemias, de Maracaju. Comecei a tremer, porque não gosto de microfone! Mas tudo bem, gente. O que eu vou falar para vocês? A questão da padronização é interessantíssima. Acho superválida, porque não faz sentido e o rapaz que falou antes foi inteligentíssimo. Na ausência dessa padronização, a gente vira massa de manobra dos municípios. Por exemplo: Maracaju vem aqui pedir uma coisa, Ponta Porã vem pedir outra, e, no final, cada município conquista algo pequeno, minoritário. Assim, no âmbito estadual, acabamos não tendo uma conquista real para nós, agentes. Aí, sabe o que acontece? A gente vem brigar junto. "Ah, mas me atenderam no IFA, na minha cidade; agora, vocês que 'se lasquem', eu vou correr atrás do meu!" E é assim que acaba funcionando. Cada cidade começa a correr atrás de uma coisa específica, e já passamos a discutir outra necessidade em separado. Sobre o ponto biométrico, em Maracaju, os agentes de endemias às vezes ficam confusos. Lá, trabalhamos por blocos. Temos agentes de campo e quatro agentes supervisores, que ganham um diferencial mensal de trezentos e poucos reais, o que é quase vergonhoso, porque eles acabam suprimindo as necessidades dos agentes de campo. Nós temos metas e horários. Lá, não batemos o ponto às 11h e nem às 13h. Eu bato ponto, porque trabalho com ovitrampas e fico no escritório. As meninas da Educação em Saúde batem ponto quatro vezes, porque são duas pessoas que ficam no escritório, mas não têm obrigação de permanecer lá. Então, cada um tem um "jeitinho" de trabalhar. Um "se lasca" mais, outro menos. O problema é o seguinte: há territórios sem cobertura e quando há áreas sem cobertura, o ovitrampas vai lá fazer o trabalho semanalmente. Se alguém sai de férias, mandam outra pessoa cobrir. Quando existem conversas entre as Secretarias de Educação e Saúde, as demandas acabam indo para o coordenador estadual. E, lógico, ele vai olhar para o lado dele, afinal, todo mundo olha para si. Outro problema é o IFA, que não vem para todos os agentes. Ele acaba sendo rateado. Temos quarenta agentes, chega IFA para apenas vinte e dois, então dividimos o total por quarenta; e os valores que são pagos não chegam nem a um salário mínimo. É algo insuficiente. Sobre o ponto biométrico: "Bati, mas não leu". Aí é aquela vergonha de procurar foto para provar. É uma vergonha! Aí, você tem que fotografar a tela, porque, segundo meu chefe: "O ponto é soberano", mesmo quando não funciona como deveria. Outro absurdo: o funcionário bate o ponto em um posto localizado em tal lugar, mas tem que ir ao outro, porque o posto está fechado ou com o sistema quebrado. Ou seja, a gente vira um "palhaço"

nas mãos de quem manda e, no final, obedece quem tem juízo. Então, gente, acho que padronizar seria algo muito mais fácil, porque hoje cada um corre atrás dos seus próprios interesses. Acredito que cabe uma observação: se a frente é parlamentar, faltam os parlamentares. É muito importante a presença deles, independentemente do que aconteça. De quinze parlamentares, ter apenas um presente... Gente, esse número é um deboche na cara dos agentes de endemias que correram atrás, que vieram com seus pacientes, que precisaram implorar ao sindicato por alimentação, que tiveram que pedir ao secretário, e muitos de vocês tiraram do próprio bolso. É vergonhoso participar de uma frente que, no fim, não tem frente. Mas é isso. Gente, tudo o que vocês falaram é valiosíssimo, e eu concordo com tudo. Acho que o agente, na hora em que está no sol, sem protetor solar de qualidade, com protetor que dá alergia e enche a pele de bolinhas, precisa tirar do seu bolso cento e poucos reais para comprar um protetor decente, que precisa ser reaplicado a cada três horas. Aí, vem alguém e diz: “Mas você ganha incentivo para isso?”. Outra questão que ninguém mencionou aqui: temos leis que tratam dos agentes de endemias — não sei como funciona para os agentes de saúde — sobre o transporte, que foi votado recentemente. Ninguém falou sobre isso. Vamos lembrar disso. Outra coisa: a insalubridade. Lá em Maracaju, insalubridade de 20% é calculada em cima do salário mínimo, e não do salário-base. Isso, gente, não é mais uma questão municipal, é estadual. Quem tem, ótimo; quem não tem, o Estado precisa revisar essa situação. Portanto, nossos deputados precisam olhar para nós e fazer uma frente parlamentar que realmente traga isso como uma realidade. Tem que fazer a lei ser cumprida. É isso, gente. Um beijo! Vou ter que ir embora.

SENHOR ARCIRIO PEREIRA POLIDORO (ACE/Jardim) — Boa tarde! Eu sou o Ciro, da cidade de Jardim. Quero contribuir com essa pauta que vocês colocaram, porque achei muito interessante. É um prazer conhecer o pessoal da mesa e saber que tem gente aí na frente batalhando por nós. Quero agradecer à Lúcia, que sempre nos convida a participar. Agora, estamos com uma gestão melhor. Pedimos as coisas e eles nos atendem. Sou diretor do Departamento de Vigilância em Saúde e Meio Ambiente do município de Jardim. Por convite da Lúcia, consegui trazer alguns colegas: minha esposa, que é agente de saúde; a Cidinha; e a Luciana, agente de endemias. O que eu gostaria de falar para vocês é o seguinte: primeiro, sobre a qualificação. Fazemos uma qualificação com pessoas contratadas, que ficam dois anos no cargo, e depois perdemos essa mão de obra. Muitos agentes da nossa turma foram embora após o curso técnico e, agora, não têm mais o que fazer. Alguns foram para Guia Lopes da Laguna, fizeram o seletivo e acabaram aproveitando por lá. Tem muita gente boa que saiu e que perdeu a oportunidade de continuar trabalhando. Com o atual gestor, o nosso prefeito, a situação tem melhorado. Na gestão passada, fizeram um concurso no qual a gestora colocou apenas cinco vagas para agentes de endemias,

enquanto existiam doze agentes na ativa. Esse novo gestor abriu os olhos. Ele vai contratar, vai regularizar. Ele sabe que não vai impactar a folha de pagamento e será inteligente em assumir essas pessoas. Isso é um ganho importante para nós e para o nosso instituto previdenciário. Sobre o ponto biométrico, alguns colegas já mencionaram isso. Nós precisamos ser políticos. Eu não gosto de política, nunca gostei de me envolver, mas, ultimamente, tenho dado as caras e me envolvido. Por que, gente? Porque foi através da política que conseguimos tirar o ponto biométrico do nosso município. Era exatamente como vocês falaram: quatro vezes por dia você precisava se deslocar de uma área distante para bater o ponto. O que aconteceu? Durante a campanha política, fechamos com o gestor. Dissemos: "Chefe, isso aí não está funcionando. Esse ponto eletrônico só está prejudicando o nosso trabalho. Nossa qualidade de trabalho está comprometida." Foi uma proposta política e, com isso, conseguimos eliminar o ponto biométrico. Mesmo assim, antes de tirarem o ponto biométrico, ele já estava dois meses parado, porque ninguém estava pagando a manutenção. A gestora anterior não mantinha o sistema. Estava o caos! Muitos estavam preocupados; batiam o ponto e ele não registrava. Na época, eu era supervisor e chegava para os colegas dizendo: "Gente, larguem isso de lado. Trabalhem. Eu assino para vocês, está tudo certo. Vocês estão vindo e trabalhando. Esse ponto não está funcionando corretamente." Eu sabia que, no futuro, isso iria dar problema, então a gente vai ao Ministério Público. E graças a Deus, agora tiraram o ponto. Mas vou dizer uma coisa: lá no município, os pontos ainda estão "enfeitando" as paredes. Então, aproveitamos e tiramos o nosso da tomada e falei: "Gente, esquece isso! Vamos lá, vamos para frente, vamos trabalhar. Vamos nos precaver e fazer um serviço de boa qualidade para atender à comunidade, porque a gente trabalha com a saúde das pessoas". Em relação ao IFA, quando nós fizemos um acordo com o gestor, ele falou: "Vou pagar para vocês". Só que eu, e algumas pessoas que estão aqui, estamos há oito anos com um processo. Entrei no Ministério Público para requerer o pagamento do IFA e demorou todo esse tempo, esses oito anos, e agora que começou a sair a sentença. O que aconteceu foi que o prefeito prometeu pagar para a categoria, só que há contratados e desvios de função na nossa pasta, então ele fez uma lei para ratear. E nós fizemos as contas: se fosse para agentes de saúde e de endemias, daria uns setecentos reais para cada um.

SENHORES PARTICÍPES — [Falas fora do microfone]. Por conta do financiamento que o Marco Aurélio falou, vem bem menos. Tem vários agentes de endemias que são contratados. Vocês sabem que, hoje, o Ministério da Saúde falou sobre o piso de agente de endemias... Os valores são diferentes para contratados e efetivos. O contrato específico para contratados não tem o mesmo quantitativo, os concursados recebem um pouco mais. Quando se faz esse custeio, ele divide o dinheiro dos efetivos do duodécimo para pagar os contratados... Fazer esse rateio... Porque, se o gestor... Nada contra o

colega... Ele estava optando pela mesma lei, então, ele vai tirar do bolso dele, porque, se ele não trabalhar quatro ou cinco meses, o IFA não vem, não é isso? Vai tirar do meu para eu pagar o contratado do gestor... O Ministério Público, conosco, não mexeu... Um colega meu me ligou... Não é justo. "Como é que vocês fizeram assim"? Ele disse que vai dar mil e tanto, mas será uma "mixaria", trezentos "contos" para cada um. Recebeu só o nosso... Fizeram um motim lá, chegaram ao secretário municipal e levaram para o Ministério Público, que barrou isso. Resultado: os contratados ficaram precarizados. Nenhum contratado recebeu o IFA. Hoje, a realidade é que eu acho que nenhum agente comunitário contratado tem esses direitos.

SENHOR ARCIRIO PEREIRA POLIDORO (ACE/Jardim) — Continuando a falar sobre o IFA, o que acontece é que nós já tínhamos um processo montado e estava faltando a sentença. Ela começou a sair no ano passado. Quando chegou o final do ano, eu já recebi o IFA: dois salários mínimos. O que aconteceu agora, foi que o prefeito, neste ano, fez essa lei para ratear. Só que nós ainda não tínhamos recebido a documentação da sentença. Então, começamos a correr atrás disso. Eu já consegui garantir a minha parte assegurando os dois salários; minha esposa já conseguiu. A Cidinha, não sei, já faz tempo, né? Já pediu também. Luciano sabe disso. Falei aos colegas: sinto muito, colegas! Olha o que eu venho falando para vocês, corram atrás! Vocês não procuram saber. Querem que eu leia e passe esmiuçando tudo para vocês. Falei: já cansei disso! Já não dá mais! Então, estou correndo atrás para pegar o meu. Mas, mesmo assim, alertei eles. Falei: gente, eu estou correndo atrás para pegar os dois salários. O que sobrar, vocês vão ratear entre vocês. Fica uma situação bem difícil, nesse sentido financeiro. Não tem explicação, o pessoal não corre atrás de informação, e aí começa a ficar complicado. Quando a gente vai discutir com o gestor, muitos dos nossos agentes têm como maior dificuldade o fato de não lerem, portanto eles não sabem debater na hora. Isso prejudica muito. Nessa hora, é melhor ficar quieto se você não sabe nada. Eles ficam bravos comigo quando digo que eles têm que ler! Se alguém manda algo para mim no WhatsApp, eu vou lá no computador, leio e quero saber o que é, e falo: gente, eu vou colocar no grupo. Cada um lê o seu. Quero ver se isso estimula vocês a participarem mais, a correrem atrás!. Só eu ficar correndo atrás e lendo é cansativo. [Trecho inaudível]... Parlamentar realmente está fazendo, não podemos focar apenas em coisas pontuais, mas garantir que tudo isso chegue a todos os municípios. Seria egoísmo da minha parte não falar sobre o IFA e o ponto biométrico, porque em Campo Grande não temos esses problemas, pois o nosso sindicato é muito atuante, mas precisamos fazer com que isso seja cumprido em todos os municípios. Estou aqui representando o Sindicato dos Servidores e Funcionários Municipais de Campo Grande (Sisem), que abrange a maior parte da nossa categoria, com cerca de 80% dos filiados. Eu trouxe uma pauta específica, que discutimos entre todos, e acredito que seria de grande

ajuda se a deputada e todos da frente parlamentar pudessem nos apoiar. Não vejo isso como algo difícil. Eu tenho nível superior, sou formada em Enfermagem, mas escolhi ser agente comunitária de saúde. Fiz o curso de Enfermagem para oferecer mais à população, entender melhor o que faço e sobre o que falo. Não sou a única agente comunitária de saúde ou agente de combate às endemias formada na área da saúde. No entanto, a Escola de Saúde Pública do governo oferece pós-graduações somente para profissionais que exercem funções de nível superior. Nós, que somos concursados e temos nível superior, não podemos fazer as graduações oferecidas pela Escola de Saúde Pública. Eu me inscrevi, assim como vários colegas, mas não pudemos concluir a inscrição simplesmente pelo fato de nossas funções não serem de nível superior, mesmo que tenhamos o diploma de graduação. Isso, além de ser algo discriminatório, prejudica o aperfeiçoamento da nossa categoria, que está previsto na Lei Ruth Brilhante. Esse aperfeiçoamento não ajudaria apenas a nós, profissionais, mas também beneficiaria toda a população sul-mato-grossense, especialmente na Atenção Básica e no combate às arboviroses, que é o que nós fazemos. Era isso, muito obrigada.

SENHOR ANDERSON SUDÁRIO DA SILVA (ACE/Coxim) — Boa tarde! Meu nome é Anderson Sudário, popularmente conhecido como Sudário. Sou agente de combate às endemias e, atualmente, presidente do Sindicato Municipal de Coxim. Assumi a presidência porque a titular precisou se afastar após ser eleita vereadora. A primeira pauta que quero apresentar diz respeito diretamente ao Messias. Seria de suma importância adicionar os outros catorze deputados ao grupo de WhatsApp da frente parlamentar. Justificativa. Eu sou um dos que mais incomoda dentro do grupo, provoço bastante e não obtenho respostas. Se o grupo foi criado para discutir assuntos, é óbvio que deveria haver retorno — seja do Renato Câmara, que é o coordenador da frente, seja de sua assessoria. Já que ele se prontificou a ser coordenador, deveria responder à altura. No entanto, ele não responde. A assessoria, que também assumiu esse compromisso de dar suporte aos agentes, não se manifesta. Tenho saudades da Etel. A Etel sempre respondia. Lembro que, em 2022, tivemos um processo seletivo irregular no município de Coxim. Provoquei essa situação junto à frente parlamentar. Acho que há alguns membros aqui que faziam parte na época. A Etel, prontamente, acionou o jurídico, redigiu uma carta e encaminhou diretamente ao prefeito de Coxim, e o processo seletivo foi suspenso. O que falta hoje é essa comunicação, tanto da assessoria quanto do coordenador da frente parlamentar. Essa é uma falha gravíssima. Estamos com um ano e onze meses da frente constituída e nenhuma ação efetiva foi realizada. Eu culpo o meu deputado? Talvez sim. O deputado Junior Mochi, que representa minha região norte, ficou muito distante dessa representatividade. Ele poderia estar cobrando mais, poderia estar exigindo mais presença no grupo de WhatsApp. Ele atende nossas demandas? Sim, ele atende. Por exemplo, foi graças às articulações

dele que conseguimos emendas para o nosso município. Ele destinou verba para a compra de EPIs, uniformes e protetor solar. Mas não é só isso. A frente parlamentar não foi criada para atender Coxim, Dourados, Iguatemi ou Bonito; foi criada para atender o estado inteiro. E, para atender o estado, é fundamental haver conversação e retorno. Quando provocamos, é porque na base está gritando. Então, quem se propôs a defender a base precisa dar uma resposta. Em um ano e onze meses, não houve nada efetivo. Peço desculpas à deputada, a senhora talvez não mereça estar ouvindo isso, mas é a realidade, não tivemos resposta alguma da frente parlamentar. Quando a Lei do Salário Mínimo foi aprovada, vários deputados fizeram vídeos no Instagram, postaram nas redes sociais e se vangloriaram de terem contribuído. Parabéns pelos votos, foi aprovado por unanimidade. Nós merecemos, sim. Merecemos, mas, convenhamos, eles não fizeram mais do que a obrigação ao votar favoravelmente para uma categoria que tanto contribui para a saúde pública do estado. Peço desculpas pelo desabafo, mas eu precisava falar. Eu, o Marco Aurélio e o Jhonatan conversamos muito no privado, mas é preciso dar os devidos encaminhamentos. E, a partir de hoje, é essencial que sejam adicionados os outros catorze deputados ao grupo de WhatsApp. Caso o deputado Renato Câmara não se sinta à altura de responder, que algum dos outros deputados ou um assessor se prontifique a dar os devidos encaminhamentos. Dito isso, quero falar sobre a minha categoria, agentes de combate a endemias. Infelizmente, tenho provocado bastante sobre a nova lei. Este mês, como sabem, nós trabalhamos por ciclos. Os agentes de combate a endemias trabalham sempre em ciclos de dois meses. Na minha área de atuação, por exemplo, eu tenho novecentos e oitenta e quatro imóveis para visitar; arredondando, seriam mil imóveis dentro do ciclo, e sou obrigado a atingir 80% dessa área. Agora estamos na semana do LirAa (Levantamento de Índice Rápido de Infestação pelo Aedes aegypti), que é essencial para o trabalho. Não sei se os demais municípios aderiram à semana do LirAa, mas neste ciclo ela está sendo realizada. É por meio do trabalho dessa semana específica que identificamos como está a situação do município e de cada bairro, especificamente. Eu trabalho no bairro Mendes Mourão, e as ações realizadas nesta semana irão delimitar se o bairro está em baixo risco, médio risco ou alto risco, traçando as ações necessárias a partir daí. Em contrapartida, meus outros vinte e dois colegas também realizarão o LirAa nos outros vinte e dois bairros da cidade. Juntos, os números traçam uma média para o município. No entanto, enfrentamos um problema: este mês passado teve cinco semanas. Minha meta foi dividida entre as cinco semanas, mas, na semana do LirAa, minha meta foi pactuada em noventa residências visitadas. Eu, obviamente, irei produzir essas noventa visitas, mas essas visitas não são contabilizadas para a margem de produtividade, o que é injusto. Eu entrei na residência, fiz meu trabalho. É claro que, no LirAa, o foco não é apenas orientação ou eliminação de larvas, mas, se eu entrei na casa do Marco Aurélio, encontrei alguma irregularidade, eliminei e

orientei, eu exerci minha função. O georreferenciamento prova que estive naquela residência, e, para quem ainda utiliza as fichas, a assinatura do morador comprova a visita, portanto, o trabalho foi feito. Mas, segundo a lei do estado, ele não conta para a produtividade, mesmo sendo uma das cinco atividades atribuídas aos ACEs conforme a legislação. O LirAa está previsto no Plano Nacional de Combate à Dengue (PNCD), contudo, esse plano é ultrapassado, datado de 2014, e deveria ser revisado, pois a realidade de hoje é completamente diferente de 2014. Aproveitando que a deputada está aqui na mesa, e o Messias também, faço um apelo: que vocês provoquem para que o trabalho realizado no LirAa seja contabilizado. Alguns municípios, salvo engano, como Campo Grande, já contabilizam o trabalho do LirAa por meio de um acordo interno. Mas, como os colegas disseram: se vale para um município, por que não vale para todos os setenta e nove municípios? Se vale para um, deve valer para todos. Na minha visão, como profissional, o trabalho deveria ser contabilizado de forma padronizada em todos os municípios, porque ele foi realizado. Outro ponto importante é o que o Renan mencionou sobre o imposto de renda e a tributação. A própria lei diz: “O repasse deve ser de forma direta e integral ao profissional, ao agente de combate às endemias e ao agente comunitário de saúde.” Contudo, está havendo descontos. Não deveria haver desconto de imposto de renda. Existem profissionais que estão caindo na margem de tributação de 27,5%. Isso significa que, do valor que lutamos tanto para conquistar, estamos perdendo 27,5%. Em outras palavras, melhorou piorando [sic]. Subiu para baixo [sic]. Então, faço outro apelo: que a frente parlamentar provoque a Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul), o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari (Cointa) — eu não digo a Conasems, porque ela joga contra nós — e, se necessário, o Tribunal de Contas, para garantir que não haja descontos. Se a lei determina que o repasse deve ser integral e sem descontos, ela precisa ser cumprida. Em Campo Grande eu sei que não há desconto. Em outros municípios, recentemente, houve decisões em forma de lei municipal para que também não houvesse desconto. Então, se vale para um município, por que não vale para outro? Pelo princípio da isonomia, somos todos iguais, somos servidores públicos e temos os mesmos direitos. Por isso, é essencial que vocês provoquem o Tribunal de Contas, o Cointa, a Assomasul, e que todos falem a mesma língua. Outra questão é sobre as capacitações regionais. Eu estava conversando com o Messias no início, e ele até se prontificou a ir a Coxim para fazer uma capacitação regional. Nossa região abrange de São Gabriel a Costa Rica, com vários municípios. Em Coxim, por exemplo, nós somos cem agentes no total, sendo vinte e sete agentes de combate às endemias e sessenta e três agentes comunitários de saúde. Lá, não há disputas por protagonismo ou ego, nosso foco é em melhorias coletivas. Sugiro que o mês de outubro seja dedicado a essas capacitações, pois no dia 4 de outubro comemora-se o Dia Nacional

do Agente de Combate às Endemias e do Agente Comunitário de Saúde. O mês tem quatro semanas, e, com planejamento, seria possível realizar capacitações nas regiões sul, norte, oeste e a macro. Vocês conseguem fazer isso. Basta planejar. Para que as coisas aconteçam, é necessário planejamento. Não façam apenas divulgações em redes sociais dizendo que abraçam a causa, mas sem resultados concretos lá na ponta. É isso que cobramos aqui, é por isso que estamos reunidos. Peço desculpas pelas palavras mais firmes, mas algumas verdades precisam ser ditas. Muito obrigado.

SENHORA KÁTIA CRISTINA SAVIO SANTANA (ACS/Três Lagoas) — Boa tarde a todos. Primeiramente, quero agradecer à deputada pela paciência em nos ouvir. Acho que já ficou claro que está tudo muito engasgado. Para que a reunião de hoje seja efetiva, eu gostaria de propor uma nova data. Que já saíamos daqui com uma data marcada para a próxima reunião, porque nós temos pressa. Ah! Peço desculpas, eu não me apresentei. Meu nome é Kátia, sou agente comunitária de saúde de Três Lagoas. Também fui agente comunitária de saúde no Estado de São Paulo. Tudo que os colegas disseram aqui hoje faz muito sentido. Quando cheguei a Três Lagoas, estranhei demais a falta de padronização no trabalho e a ausência de orientação. Eu vejo isso como uma fragilidade dos municípios. Na Atenção Primária, precisa-se de pessoas com conhecimento técnico. Faz mais de um ano que estamos batendo na tecla sobre a portaria do novo modelo de financiamento, mas parece que ninguém está ouvindo. Nós temos muita pressa em resolver essa questão, porque janeiro está chegando e os cortes nos recursos cairão, mais uma vez, nas nossas costas. E nós não queremos isso. Nós somos organizados, inteligentes, e não estamos aqui para isso. Não queremos mais ser culpados, pois já respondemos processos administrativos disciplinares no nosso município por conta de erros no sistema. E nós conseguimos, com esforço, provar à gestão que foi um erro do sistema, e não do profissional. Até quando vamos ocupar esse lugar de culpa? Nós não queremos isso, não merecemos isso, porque somos profissionais. Eu estou aqui como profissional. Não faço politicagem, nunca precisei disso. Não dependo de cargos políticos. Passei no concurso público. Estou aqui pelos meus colegas, que represento, e pela minha entidade, a Atacs, que há vinte e dois anos atua em Três Lagoas. Nós precisamos sair desse lugar. Mato Grosso do Sul não pode mais ficar onde está dentro da Atenção Primária. Atualmente, sou conselheira municipal de saúde e, há dois anos, o grito por mudança tem ecoado. Agora também temos representação no Conselho Estadual de Saúde, e aprendi com os colegas de Dourados que, para transformar, precisamos ocupar todos os espaços; e estamos aqui por isso. Então, nós temos urgência. Não conseguimos mais esperar. A nova portaria está aí, e o financiamento, com a maioria das metas, é atribuído a nós, agentes comunitários de saúde. E aí, quem está nos ouvindo? Quanto tempo faz que estamos tentando ter uma reunião com nossa secretária e não conseguimos? Nós entendemos da portaria melhor do

que os profissionais que estão na unidade. A gente entende como funciona esse financiamento, onde os recursos serão perdidos, mas, ninguém nos ouve. Nós estamos aqui por isso: porque ninguém nos ouve. É isso que quero que você passe aos demais colegas que perderam a oportunidade de estarem aqui conosco. Aqui estão pessoas que conhecem o território, que conhecem a população, que sabem dar um diagnóstico situacional de cada município. Não é só para os ACSs, isso também é para os ACEs. Não merecemos a precarização de vínculo. Não merecemos ter um ACE numa cidade rica como Três Lagoas que não recebe ticket alimentação. Isso não é justo. Estamos aqui para dizer que não estamos satisfeitos com o que foi conquistado apenas para nossa categoria ou para nosso município. E nós não devemos estar. Quero falar para vocês que estamos organizados. A comunicação entre os municípios é possível graças à tecnologia. O conhecimento sobre nossas leis e tudo que nos rege tem chegado a nós, por isso estamos aqui, porque acreditamos que é neste espaço que iremos avançar. Obrigada.

SENHOR PÉRICLES DUARTE GONÇALVES (assessor parlamentar) — Acho que hoje era importante eu falar. Boa tarde a todos! Meu nome é Péricles, fui companheiro de trabalho desse camarada aqui no concurso. Fizemos o mesmo concurso, entramos juntos há vinte anos. Eu trabalhei como agente de saúde pública e também como agente comunitário de saúde. Eu sei o que é enfrentar o sol nas costas. Eu sei o que é sentir dor na lombar por causa daquela mochila, que, na nossa época, era muito pesada. Não sei se hoje ainda é. Hoje sou advogado, professor, e atuo como assessor da deputada Gleice Jane. Então, vocês têm dentro do Parlamento alguém que já esteve no lugar de vocês. Como advogado e assessor jurídico, eu conheço a luta da deputada em relação à pauta dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde, e sei que podemos ajudar. Quero me colocar à disposição do Messias para auxiliar, porque sei que, às vezes, é difícil dar uma resposta rápida. Eu tenho especialização em Saúde Pública e fiz o Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde em 2005, há vinte anos. Foi naquela época em que o curso era realizado na Unidade Básica de Saúde. Hoje eu vejo os desafios de vocês. Quando eu e o "Digue" trabalhávamos lá no Nova Lima, enfrentávamos problemas, porque não tínhamos um espaço próprio. Nós não tínhamos um lugar. Não podíamos ficar na unidade de saúde. Havia uma tentativa de desconstituir a nossa liderança enquanto agentes da comunidade. Nós éramos proibidos de realizar alguns atendimentos, como marcar consultas para pessoas acamadas. Era uma forma de limitar nosso poder de atuação. O que vejo hoje é um esforço para desarmar vocês. No entanto, os agentes possuem um poder muito grande quando representam suas comunidades. O político já entendeu esse processo, então, durante o período eleitoral, ele se aproxima dos agentes. Mas hoje não estamos em período eleitoral. Não estamos aqui com segundas intenções. Estamos aqui porque queremos trabalhar com vocês. Sabemos da importância do trabalho que vocês realizam na Atenção

Básica para a saúde da população. Vocês salvam vidas quando detectam uma complicação por hipertensão, diabetes ou quando identificam doenças crônicas não transmissíveis que podem evoluir. É na Atenção Básica que essas questões serão resolvidas. As maiores causas de mortalidade no Brasil, como as doenças do aparelho circulatório, podem ser prevenidas ou tratadas graças ao trabalho da Atenção Básica. Investir no agente comunitário de saúde e no agente de combate às endemias é assegurar que a média e alta complexidade, que têm custos muito mais elevados, sejam menos demandadas. Quando a Atenção Básica funciona, todo o sistema funciona melhor. Na nossa época, o cargo ainda era comissionado. Acho que eu e o "Digue" participamos de um dos primeiros concursos da área. Esse trabalho é um investimento, e não um gasto. Sabemos que alguns municípios têm índices baixíssimos de qualidade de vida da população, a Atenção Básica não está funcionando. Eu falo com conhecimento de causa, porque a deputada Gleice Jane é uma força potente nessa luta. Por ser sindicalista, ela tem feito um trabalho interessante com policiais. Ela é professora, mas não cuida apenas dos professores. Onde houver um trabalhador ou uma trabalhadora, ela atua. Eu tenho contribuído diretamente nessa pauta da saúde e quero me colocar à disposição. Tenho certeza de que a deputada Gleice Jane também abraçará essa causa. Se for necessário fazer enfrentamentos, ela não tem amarras ou compromissos. O compromisso dela é com a categoria, com a população e com a qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, acredito que este seja o caminho. Estamos fora de um período eleitoral, então podemos construir algo sólido, e quero me colocar à disposição para ajudar no que for possível. Eu sou um de vocês, já estive no lugar de vocês, sei como é a dor, o sofrimento e a dificuldade. Sei o quanto é importante valorizar essa categoria, porque foi com esse trabalho que já sustentei minha família. Para mim, é um prazer muito grande estar aqui e reviver esse momento.

SENHOR VAGNER APARECIDO ESCOBAR COLMAN (ACS/Campo Grande) — Obrigado, Péricles. Eu conheço o Péricles há muito tempo, desde a comunidade do bairro Nova Lima, região norte, também conhecida como região do Segredo. Ele me chama de "Digue", que é meu apelido desde a infância. Meu nome é Wagner, mas lá todos me conhecem como "Digue". Pessoal, gostaria só de reforçar alguns pontos já mencionados pelos colegas de Ponta Porã e pelo Anderson Sudário, assim como outros companheiros, incluindo a Priscila, que também pontuou sobre nossas conquistas em Campo Grande. Conseguimos muitos avanços, mas ainda temos questões importantes que precisam ser trabalhadas. Por exemplo, em Campo Grande ainda somos considerados servidores de nível fundamental. Para vocês terem uma ideia, hoje somos quase dois mil e setecentos agentes de saúde e agentes de combate a endemias no município. Todos nós, ou quase todos, somos servidores de nível fundamental. Desde a Lei nº 11.350/2006, que já nos considerava prestadores de serviço à saúde, era exigido o ensino médio concluído. Mais

recentemente, a Lei nº 13.595/2018 nos reconheceu como profissionais de nível médio, mas o município de Campo Grande ainda não realizou a adequação jurídica necessária. Por isso, os agentes comunitários de saúde do município continuam sendo considerados de nível fundamental. Isso é algo que precisa ser resolvido, pois fere o cumprimento da lei. Essa falta de adequação prejudica nossas falas e participações em reuniões. Muitas vezes ouço algo como: “Vocês querem falar o quê? Vocês são servidores de nível fundamental”. Essa é uma conquista que já nos foi garantida por legislação federal, mas que ainda não foi implementada localmente. Então, quero deixar registrado nesta Casa a importância de alcançarmos esta adequação em Campo Grande. Obrigado.

SENHOR LUIZ RENAN MAMEDIO DE DEUS (ACE/Fátima do Sul) — Peço perdão, pessoal. As oportunidades de fala são tão poucas, mas, enquanto ouvimos os colegas, acabamos lembrando de várias coisas que precisamos dizer. Eu gostaria de reforçar o que foi mencionado sobre urgência. Quando lemos e nos informamos sobre os impactos do financiamento e percebemos o quanto o peso da Atenção Básica recai sobre nós, fica claro que não é mentira. Hoje, tudo depende majoritariamente do nosso trabalho. O financiamento da Atenção Básica depende 90% de nós. Eu gostaria de alertar para uma situação muito preocupante para o estado e os parlamentares, em janeiro, há uma verdadeira “bomba armada”: dos setenta e nove municípios, acredito que apenas 60% ou 70% conseguirão atingir as metas necessárias para receberem os repasses previstos. A maioria dos municípios ainda não está pronta para cumprir as exigências. Como resultado, em janeiro ou fevereiro, veremos municípios sem condições de financiar suas Estratégias de Saúde da Família (ESFs). Cerca de 50% a 60% das unidades ficarão sem financiamento, e então começarão a trazer o “pires” até aqui, esperando emendas, que não serão suficientes para bancar todas essas unidades. Como foi dito, nós trabalhamos, mas, sem uma uniformização do trabalho, sem o uso da mesma plataforma entre os municípios, essas falhas continuarão. Cada município utiliza uma plataforma própria que sobe. Existem plataformas que enviam os dados de forma errada. Outras plataformas nem sequer enviam os dados. Há casos em que o CPF de uma única pessoa é usado para subir todas as informações de um município. Gente, isso é uma bomba que vai estourar em janeiro. Não vai adiantar ninguém alegar surpresa, porque todo mundo já está avisado. Será impossível financiar as ESFs. Alguns municípios não vão ter condições de continuar pagando.

SENHOR VAGNER APARECIDO ESCOBAR COLMAN (ACS/Campo Grande) — Só vou passar a palavra para o nosso querido Messias, antes, complementando a fala do Douglas. A Portaria nº 5.668, de 1º de novembro de 2024, alterou a prorrogação para 3 de dezembro de 2025 e validará a portaria sancionada em 29 de abril de 2025, que é a Portaria nº 6.907/2025, tratando do novo financiamento. Sabe por que temos falado

tanto sobre isso? — Eu compartilhei esse tema com o presidente do meu sindicato, já conversei com o Altivani, com o pessoal de Três Lagoas e com outros colegas. E, como o Douglas colocou muito bem, é uma bomba. — Essa bomba está ligada à má gestão, deputada. Prefeitos e secretários já deveriam estar atentos a isso. Desde 1º de novembro de 2024, durante a transição, essa questão deveria ter sido tratada. O secretário da pasta de Saúde já deveria estar seguindo as diretrizes da portaria sancionada em abril de 2025. Desde julho, o Ministério da Saúde emitiu outra portaria abordando a cooperação entre agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias. Ela reforçou as atividades coletivas atribuídas a esses profissionais e, novamente, destacou os impactos do novo financiamento. O Ministério da Saúde tem pontuado os municípios como bons. Até agora, todos têm recebido os recursos de forma regular. Mas, a partir de janeiro, isso vai mudar. A avaliação será muito mais criteriosa. Como bem colocado pelo colega, janeiro, fevereiro e março trarão resultados devastadores. A partir daí, a bomba estará detonada. Por favor, Márcia, pode continuar.

SENHORA MÁRCIA TEREZINHA RATTI (assessora parlamentar) — Gente, estou muito feliz de estar aqui. É tão interessante perceber como todos trabalhamos em políticas públicas sociais e enfrentamos praticamente os mesmos desafios. Os problemas que atingem os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate a endemias são semelhantes aos que os técnicos do Cras e Creas enfrentam. Cada profissional, em diferentes áreas, enfrenta as mesmas dificuldades nos municípios. Quando falamos de financiamento, a situação não é diferente. Quero destacar algo: estamos diante de uma leva de gestores novos, tanto na assistência social quanto na política de saúde, que não se apropriaram adequadamente das pautas prioritárias. O Governo Federal tem se manifestado de forma que considero relevante neste momento de contenção e crise. Ele observou que muitos recursos estão parados nas contas dos municípios, tanto na área da saúde quanto na assistência social. Por isso, o Governo está entendendo que não é necessário enviar mais dinheiro aos municípios enquanto esses valores parados não são aplicados. Dessa forma, as novas formas de financiamento que estão sendo implementadas visam obrigar os gestores públicos a utilizarem os recursos adequadamente. Quero deixar claro que o problema não é exclusivo de uma área. Essa bomba já está armada e só falta pisar no gatilho em janeiro para explodir. Diante de tudo o que foi exposto aqui, tomei a liberdade de encaminhar algumas questões ao Messias para que ele faça o fechamento e possamos definir novas pautas para reuniões. Vou passar a palavra para o Messias. Obrigada.

SENHOR SEBASTIÃO MESSIAS DE SOUZA (assessor parlamentar) — Eu estava conversando aqui com a deputada. Nós vamos organizar, juntamente com o Péricles,

tudo certinho, deputada, para formalizar a sua participação oficial. Tenho certeza de que sua colaboração será muito valiosa para esta frente. Para finalizar, pessoal, quero compartilhar algo que já experimentamos em outras frentes e deu muito certo: criar um Grupo de Trabalho (GT). O grupo poderá realizar reuniões on-line, e as discussões poderão ser transcritas taquigraficamente — não é, Adriano? —, em um prazo de dez a doze dias; assim podemos ter um documento completo. Esse documento será extenso, pois incluirá todas as pautas discutidas aqui. A partir dele, poderemos organizar as estratégias, definir prioridades e estruturar os enfrentamentos necessários. Falamos bastante sobre os encontros regionais, e acredito que, após a criação do GT, será possível organizar esses encontros. A ideia é que eles possibilitem levar para a Comissão Intergestora Regional (CIR) e para a Comissão Intergestora Bipartite (CIB). Pode ser? Eu acho que podemos começar a organizar o GT. Podemos fazer as reuniões on-line, até por conta da distância. E, ainda hoje, podemos colocar no grupo essa proposta. Como percebi aqui que o grupo está bem regional, talvez nem todos os agentes queiram participar diretamente, mas podemos eleger um representante por região. Assim, iniciamos o GT e já podemos começar essas discussões na próxima semana. O que vocês acham? Podemos começar a discutir, avaliar as prioridades, porque simplesmente não dá para embarcar em outra reunião sem antes refletir e digerir tudo o que foi colocado aqui, que é muita coisa. Inclusive, estava discutindo isso com o Marco. Por favor, Márcia, pode contribuir.

SENHORA MÁRCIA TEREZINHA RATTI (assessora parlamentar) — [Fala fora do microfone]. Pessoal, eu acho o seguinte: pela prática que temos com grupos de trabalho, eles não podem ser muito amplos. Precisamos ter um número mínimo de membros, com uma representação mínima, pelo menos um representante de cada região ou município representado aqui. Sugiro que vocês indiquem, no grupo, quem será o titular e quem será o suplente para este grupo de trabalho. Sobre as pautas que vocês trouxeram: a partir dessas pautas prioritárias, devemos definir qual será o foco principal de atuação. Com base nesse foco, precisamos estabelecer os papéis. Por exemplo, qual será a tarefa da frente parlamentar? Qual será a tarefa dos grupos de trabalho nos territórios? Também é importante lembrar que a ação não pode ser focada apenas aqui nos espaços de discussão. Lá no território, precisamos de ações de qualificação, mobilização e sensibilização dos atores que estão na ponta. Se for para fazer um encontro regional, é importante que todos falem a mesma linguagem. Não adianta chegar na ponta com uma proposta da frente parlamentar, discutir com o gestor, sair com um documento técnico, e cada um do coletivo falar algo diferente. Concordam? Então, acho que podemos começar seguindo essa direção. As pessoas que são os pontos focais dos grupos de trabalho irão fazer o repasse para o grupo maior, organizando as ações e prioridades...



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA R. DA F. P. EM APOIO AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE
COMBATE A ENDEMIAS
REALIZADA EM 05/08/2025

SENHOR SEBASTIÃO MESSIAS DE SOUZA (assessor parlamentar) — As formas de encaminhamento...

SENHORA MÁRCIA TEREZINHA RATTI (assessora parlamentar) — As formas de encaminhamento, que devem ser tratadas de maneira coletiva. Assim, conseguimos deixar o grupo de trabalho mais denso, com mais conteúdo e com mais força política. Também acho importante que, quando tivermos esses encontros e discutirmos as pautas prioritárias, possamos levá-las à CIB e à CIR as demandas junto aos deputados; aí a gente irá se fortalecer.

SENHOR JHONATAN WILLIAN SILVA (membro do Sindracse/Dourados) — A gente vai chamar os deputados para participar desses grupos?

SENHOR SEBASTIÃO MESSIAS DE SOUZA (assessor parlamentar) — Pessoal, está todo mundo de acordo com isso? Ótimo!

SENHOR JHONATAN WILLIAN SILVA (membro do Sindracse/Dourados) — Só acho que precisamos tomar muito cuidado com o CIB e o Conasems. É fundamental que, antes de tudo, organizemos o grupo internamente e unifiquemos as propostas. Por exemplo, precisamos capacitar muito bem os deputados da frente. A deputada está aqui nos ouvindo, mas temos outros catorze deputados que precisam ser trazidos para o debate. Precisamos evitar situações em que falamos uma coisa e dá margem para que prefeitos ou gestores passem a mensagem de outro jeito, o que pode acabar virando algo contrário a nós. Portanto, o ideal é reorganizar bem as pautas dentro dos grupos de trabalho e, só depois, envolver mais pessoas e entidades, trazendo as discussões para este espaço. Eu lembro muito bem de uma situação em que o agora deputado federal Geraldo Resende, quando foi secretário de Estado de Saúde, tinha uma abordagem muito alinhada com as nossas demandas, mas ela nem sempre era significativa para a nossa categoria. Então, vamos tomar muito cuidado, especialmente na hora de chamar outras entidades para o debate. Bom trabalho a todos!

SENHOR SEBASTIÃO MESSIAS DE SOUZA (assessor parlamentar) — Acho que era isso, pessoal. Antes de encerrar, quero agradecer muito a presença de todos vocês. Em especial, ao Marcos, à Aparecida, ao Jhonatan... Agradeço demais por terem vindo. Eu estava comentando aqui com a deputada que a Márcia está chegando e que o Péricles também se ofereceu para participar. Ter um advogado no grupo é muito bom, não é? Ele quase seguiu na carreira, quase deu aquele empurrão que a gente precisava. Eu acho que essa participação é importante, também acredito que vai somar muito. Isso vai fortalecer o grupo de forma significativa. Então, passo a palavra à deputada para fazer suas considerações. Por gentileza, deputada, se puder encerrar para nós, ficaremos gratos.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Obrigada, Messias. Bom, o que eu queria dizer para vocês é o seguinte: percebi muita angústia aqui hoje. Algumas pessoas até pediram desculpas por serem duras. Primeiro, quero dizer a vocês que eu também sou dura. Não há problema nenhum em vocês serem firmes, porque é assim que realmente avançamos. Eu também sou sindicalista, defendo a categoria da educação, e, muitas vezes, fui muito mais dura do que o Marcos que, inclusive, já lutou ao meu lado. Não é, Marcos? Você sabe bem do que estou falando. Então, fiquem tranquilos em relação à forma como falam com a gente. Além de estar aqui desempenhando a função de deputada, sou uma colega de trabalho de vocês. Acho importante termos essa tranquilidade para dialogar. Eu também queria dizer que percebi muita angústia no que foi colocado hoje, principalmente no sentimento de estagnação, como se as coisas não estivessem avançando. Se eu estiver errada, Marcos, me corrija. Não tenho tantos detalhes do histórico desse movimento como vocês, mas venho acompanhando a luta de vocês há bastante tempo. Em 2014, vocês conseguiram a lei. Porém, muito antes disso, já acompanhávamos o processo de luta de vocês. Em Dourados, havia um comitê, e tínhamos um fórum junto com os sindicatos para discutir essas pautas unificadas. E a gente discutia bastante. Então, olhando para esse histórico, é possível perceber que houve avanços. Pela primeira vez, temos uma frente parlamentar específica para tratar de pautas de vocês. E ousou dizer que talvez essa seja a única categoria com uma frente específica aqui. Isso não é pouca coisa — é muita coisa conquistada! É importante que vocês reconheçam o quanto avançaram. Pode parecer difícil, a sensação é de que as coisas não estão andando, mas as conquistas estão aí. Por isso, digo: continuem unificados, lutando para ampliar o que já foi conquistado. O que percebo agora é que a estadualização da luta de vocês também é algo recente. Antes, cada um ficava restrito ao seu município. Hoje, vocês estão organizados em nível estadual, o que também é uma conquista. Digo isso não para que vocês descansem e pensem que está tudo resolvido, mas para mostrarem a vocês mesmos que a luta vale a pena. Ela é longa, mas traz resultados. Olhando para o histórico, houve momentos em que a luta parou um pouco, como antes da pandemia. Só agora, neste ano, estamos retomando várias frentes de organização. Por isso, acredito que o momento de hoje aqui foi fundamental. Algumas coisas que vocês trouxeram eu consegui compreender bem, como a questão da IFA, então vou pedir para o Péricles me ajudar a aprofundar a compreensão disso na legislação, até para podermos colaborar mais com vocês. Sobre a contratação por concurso público, essa é uma demanda urgente e necessária. Temos visto, com muita preocupação, o avanço das terceirizações em alta velocidade — nos municípios, no estado, nos hospitais regionais e, mais recentemente, na educação. A terceirização traz consigo a precarização do trabalho. Sempre que há terceirização, salários são menores, direitos são retirados, e as condições de trabalho pioram. Entre concursados, por mais difíceis que sejam as condições, as

peessoas têm mais autonomia. Já os trabalhadores terceirizados geralmente não têm voz. Eu conheço bem essa realidade. Acho que essa é uma luta fundamental e urgente, e quero que saibam que estou com vocês nessa luta. Vocês também mencionaram a capacitação, e acredito que já podemos trabalhar em algumas indicações concretas a partir do que foi discutido hoje. Por exemplo, sobre a questão do ponto. Seria interessante estudar a situação com mais atenção e, talvez, propor indicações direcionadas aos prefeitos, para dialogarem com os trabalhadores e entenderem o que está funcionando ou não nos municípios. Esse trabalho deve ser feito de forma generalizada, para que não se trate de um problema focalizado, evitando perseguições em algum município específico. Eu entendo muito bem esse processo de perseguição e acredito que precisemos ter muito cuidado com isso em se tratando de frente parlamentar. Nossas orientações gerais para todos os municípios podem dar um alerta para que o pessoal perceba e saiba que estamos trabalhando para ajudá-los. Vai resolver tudo? Talvez não. Mas podemos dar um empurrão inicial para começar o debate. Às vezes, o prefeito acaba de assumir, ou mesmo que seja uma reeleição, ele não é da área da saúde, não entende o processo e, por isso, não consegue tomar as ações necessárias. Uma provocação pode ser o ponto inicial de diálogo. Vi que vocês falaram aqui sobre a questão de contabilizar o LirAa, e ainda quero entender um pouco mais sobre isso, inclusive do ponto de vista tributário. Quero ver se há algo que possa ser feito, como uma provocação ao Tribunal de Contas, ou algum tipo de orientação que possamos aprovar. Acho que é viável. Anotei algumas coisas que mais me chamaram a atenção. Também anotei outras muitas, mas não consegui entender tudo com a profundidade que vocês apresentaram, porque percebi que algumas partes foram faladas mais entre vocês. Mas aquilo que consegui registrar vou aprofundar junto à assessoria, para já tomarmos providências e, inclusive, conversar com o deputado Renato Câmara. O objetivo dessa conversa será darmos continuidade ao trabalho de forma conjunta, mobilizando outros deputados que queiram assinar um processo de indicação ou um documento como esse. Isso dará mais peso às ações e ajudará as coisas a começarem a se movimentar. Contem com a gente nisso! No mais, quero parabenizar vocês. Estão desempenhando um papel fundamental, que é pautar a Assembleia Legislativa em uma situação essencial. Preciso dizer algo: o trabalho de vocês, muitas vezes, é invisível. Tudo o que foi falado aqui hoje me fez imaginar o sofrimento e as dificuldades que vocês enfrentam. No lugar onde eu estava antes, como professora, como alguém da sociedade, eu não tinha noção da importância e do significado do trabalho de um agente comunitário de saúde; e olha que acompanho a luta de vocês há bastante tempo! Só compreendi melhor essa dinâmica quando uma agente comunitária bateu na porta da casa da minha mãe e conversou com ela. Foi nesse momento que eu percebi: opa, agora a coisa vai. Com aquele acompanhamento, minha mãe sabia o dia que precisava ir ao médico, entendia melhor a

própria saúde, e eu vi como esse trabalho fazia diferença. Mas essa compreensão não é geral. A sociedade, como um todo, ainda não entende completamente a importância desse trabalho. Por isso, é necessário enaltecer e valorizar os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, tanto na ótica da população quanto no âmbito político. Aqui, falando nesse lugar onde estou hoje, tenho que dizer que recebemos muitas demandas. Todos os dias surgem três ou quatro pautas diferentes. E, se não nos preocuparmos ou não sofrermos com aquilo que não conseguimos atender, acabamos travados, porque é muita coisa. Por isso, vejo como extremamente importante o que vocês estão fazendo aqui hoje: pautar o poder público em um assunto essencial para toda a população. O trabalho do agente comunitário de saúde e do agente de endemias é realmente histórico. O que vocês estão construindo com essa reunião é histórico e necessário. Então, parabéns a vocês! Não desistam! Não deixem de cobrar os vereadores, os deputados, os prefeitos e os secretários. Esse trabalho de luta faz parte da história e da missão de quem atua no serviço público e trabalha diretamente com o povo. Continuem organizados. Parabéns novamente, e contem conosco. É isso. Obrigada.

SENHOR SEBASTIÃO MESSIAS DE SOUZA (assessor parlamentar) —
Muito obrigado a todos pela presença. Desejo um bom retorno a todos (16h28min).